

---

RELATÓRIO  
E CONTAS  
**2023**

---




carris 



## Índice

<b>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS</b> .....	<b>11</b>
1.1. SÍNTESE HISTÓRICA .....	11
1.2. UNIVERSO DE EMPRESAS CARRIS .....	12
<b>2. PRINCIPAIS INDICADORES</b> .....	<b>14</b>
<b>3. ANO 2023 EM REVISTA</b> .....	<b>16</b>
<b>4. ATIVIDADE</b> .....	<b>21</b>
4.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL .....	21
4.2. QUALIDADE DO SERVIÇO .....	23
4.3. ATIVIDADE COMERCIAL .....	26
4.4. SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO (SAFETY) .....	33
4.5. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO .....	34
4.6. INFRAESTRUTURAS DE TRACÇÃO ELÉTRICA .....	37
4.7. MUSEU DA CARRIS .....	38
<b>5. RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>42</b>
5.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO .....	43
5.2. POLÍTICA SALARIAL .....	43
5.3. FORMAÇÃO .....	43
5.4. INDICADORES DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO .....	44
<b>6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	<b>51</b>
6.1. CONJUNTURA ECONÓMICA 2023 .....	51
6.2. ANÁLISE DE RESULTADOS DA EMPRESA .....	52
6.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL .....	54
6.4. INVESTIMENTO REALIZADO .....	55
6.5. FLUXOS FINANCEIROS .....	57
6.6. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS .....	58
<b>7. GOVERNO SOCIETÁRIO</b> .....	<b>60</b>
<b>8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>62</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO</b> .....	<b>64</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</b> .....	<b>71</b>
<b>2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>72</b>
2.1 BASE DE PREPARAÇÃO .....	72
2.2 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC .....	72
2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	78
<b>3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA</b> .....	<b>79</b>
<b>4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</b> .....	<b>79</b>
4.1 BASES DE APRESENTAÇÃO .....	79
4.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES .....	80



4.3 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS .....	92
5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	93
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	94
7. LOCAÇÕES.....	96
8. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	97
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	99
10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO.....	100
11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS .....	103
12. INVENTÁRIOS .....	104
13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	105
14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO.....	106
15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES .....	109
16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	110
17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS .....	111
18. DIFERIMENTOS PASSIVOS.....	112
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO .....	112
20. RÉDITO .....	115
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	116
22. GASTOS COM O PESSOAL .....	117
23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO .....	118
24. OUTROS RENDIMENTOS .....	118
25. OUTROS GASTOS .....	119
26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES .....	119
27. PARTES RELACIONADAS .....	120
28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS .....	122
29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	123
30. GARANTIAS .....	124
31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	124
32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	124



## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo .....	27
Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2023.....	29
Gráfico 3 – Principais motivos de reclamações de serviço .....	31
Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente.....	32
Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais .....	47
Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho .....	48
Gráfico 7 – Evolução Investimento (10 <sup>3</sup> €).....	57

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2023 .....	22
Tabela 2 – Indicadores da Oferta.....	22
Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h).....	23
Tabela 4 – Ocorrências .....	23
Tabela 5 – Taxa de ocupação.....	24
Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração .....	24
Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração .....	25
Tabela 8 – Taxa de Cumprimento.....	26
Tabela 9 – Passageiros – Validações.....	27
Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte .....	28
Tabela 11 – Tipologia de processos   Comunicações do cliente.....	31
Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas .....	32
Tabela 13 – Frota de Serviço Público .....	35
Tabela 14 – Reparações de Carroçaria .....	36
Tabela 15 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros .....	36
Tabela 16 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico .....	37
Tabela 17 – Apoio Psicossocial .....	42
Tabela 18 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro .....	43
Tabela 19 – Formação .....	44
Tabela 20 – Absentismo em sentido lato .....	45



Tabela 21 – Absentismo detalhado.....	45
Tabela 22 – Trabalho suplementar .....	45
Tabela 23 – Número de consultas realizadas, por tipo.....	48
Tabela 24 – Número de exames/ consultas (MT).....	49
Tabela 25 – Demonstração de Resultados (10 <sup>3</sup> €).....	52
Tabela 26 – Variação do Património (10 <sup>3</sup> €).....	54
Tabela 27 – Investimentos (10 <sup>3</sup> €) .....	56
Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10 <sup>3</sup> €) .....	58
Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos.....	58



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» («CARRIS») prosseguiu, com forte espírito de missão, o enorme desafio de se afirmar como a Mobilidade Inteligente do Futuro, alicerçada na promoção da sustentabilidade e na melhoria da eficiência e qualidade do serviço. Desta forma, procurou dar continuidade à sua longa história de sucesso, colocando-se na vanguarda da mobilidade e da inovação, evoluindo com a Cidade e ao serviço da Cidade, posicionamento que pretende assegurar e reforçar nos anos futuros!

O ano de 2023 foi fortemente marcado pela recuperação da procura, com cerca de 137 milhões de passageiros transportados, o que significa um acréscimo na ordem dos 10 milhões de passageiros (aproximadamente +8%) face ao período homólogo.

Para este aumento da procura contribuíram, naturalmente, todas as medidas que a empresa tem implementado no sentido de melhorar o seu serviço, bem como a comunicação com os seus clientes. Constituem exemplo destas medidas, entre outras, o reforço da oferta, através da introdução de novas carreiras, a reorganização de percursos e horários, bem como a resposta a eventos e/ou situações pontuais de aumento da procura de serviço de transporte público na Cidade, apresentando a CARRIS, no período em análise, uma taxa de cumprimento do serviço de 97%.

Importa também ter presente que a medida adotada, no último trimestre de 2022, pela Câmara Municipal de Lisboa, de atribuição da gratuidade de acesso ao transporte público na cidade de Lisboa, aos maiores de 65 anos e aos jovens estudantes com idade inferior a 23 anos, teve efeitos muito positivos no ano 2023.

Destaca-se ainda, em agosto de 2023, a realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em Lisboa, o que constituiu um enorme desafio para a CARRIS. Com efeito, a operação da CARRIS sofreu nesses dias um grande impacto, quer pelo aumento brutal da procura, quer pela enorme imprevisibilidade dos fluxos de mobilidade então ocorridos (atenta inclusive a dispersão dos diversos locais em que decorreram os eventos), situação que determinou um ajustamento permanente das condições de operação.

Não obstante, este cenário extremo de operação, a CARRIS conseguiu responder ao desafio, transportando milhões de passageiros nesses dias, em condições adequadas de exploração, o que foi possível graças ao esforço e à dedicação plena de milhares de trabalhadores da empresa. Este contributo da CARRIS foi indubitavelmente relevante, tendo em consideração a complementaridade da cobertura da sua rede, para que a mobilidade na Cidade durante a JMJ fosse um sucesso.

Adicionalmente, a empresa reforçou o seu esforço de investimento na renovação da frota, rumo à descarbonização e a uma Cidade mais sustentável, com veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética. Nesse contexto, no decorrer de 2023, a CARRIS recebeu 10 autocarros standard elétricos, de um conjunto de 30 em produção e 24 autocarros articulados a Gás Natural Comprimido (GNC).

Foi contratada a aquisição de 14 novos autocarros mini elétricos, com o objetivo de reforçar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras de bairro ou em percursos onde as características da rede

viária urbana não permitam a utilização de autocarros de dimensão superior. Esta aquisição contribui ainda significativamente para o processo de descarbonização em curso, na medida em que são os primeiros autocarros elétricos desta tipologia a serem adquiridos pela empresa.

No que respeita à frota de elétricos, foram recebidos 12 elétricos rápidos articulados de grande capacidade, em 2023, de um conjunto de 15, prevendo-se que, nos primeiros meses de 2024, entrem ao serviço os remanescentes 3, de forma a dar continuidade ao processo de expansão da rede de elétricos.

Ainda no âmbito da política de investimento da empresa verificou-se em 2023, o retomar, volvidas várias décadas de inércia, da aposta na infraestrutura de transporte cuja exploração está cometida à CARRIS, nomeadamente, a expansão da sua rede de elétricos rápidos. Com efeito, a CARRIS abraçou, por orientação do seu acionista – a Câmara Municipal de Lisboa – o início do planeamento e execução de grandes empreendimentos de expansão e requalificação da sua rede de elétricos rápidos, de que cumpre destacar a futura expansão a ocidente e oriente da linha do 15 (de forma a percorrer todo o arco ribeirinho desde o Jamor ao Parque Tejo), o estudo e a conceção da futura linha de elétricos rápidos da Alta de Lisboa, bem como a profunda intervenção e requalificação da Estação de Santo Amaro, com a criação da denominada “Cidade Carris”. Para dar cumprimento a esta nova e exigente missão foi inclusive criada a nova Direção de Coordenação de Empreendimentos, que se tem vindo a dotar dos necessários recursos humanos especializados.

A sustentabilidade económica e financeira da CARRIS é também uma prioridade para a gestão da empresa. Apesar do contexto económico desafiante, marcado pela pressão inflacionista, a CARRIS logrou obter uma melhoria significativa dos seus resultados, face ao período homólogo, reforçando assim o equilíbrio da situação financeira. Com efeito, o Resultado Operacional da Atividade Transportes (EBITDA) apresentou um incremento de 57,6%, no período em análise, decorrente essencialmente do crescimento expressivo (12%) dos rendimentos provenientes da prestação do serviço público de transporte. A CARRIS apresentou um Resultado Líquido e Capitais Próprios positivos, uma autonomia financeira de 48,3% e uma solvabilidade de 93,6%.

No decurso do ano 2023, foi ainda possível integrar na empresa mais cento e trinta e sete novos trabalhadores, na sua esmagadora maioria tripulantes. Adicionalmente, foram tomadas medidas com o objetivo de assegurar a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias dos trabalhadores da empresa. Cumpre realçar que os trabalhadores da CARRIS beneficiaram do maior aumento salarial concedido nos últimos anos, bem como a melhoria significativa de outras compensações remuneratórias, num clima de paz social, que se materializou na celebração, subscrita por todas as organizações sindicais, de uma Revisão Global do Acordo de Empresa. Situação esta que não vinha ocorrendo nos últimos exercícios.

Nunca é demais realçar que a história de sucesso da CARRIS assenta no esforço, no empenho e no profissionalismo diário dos seus trabalhadores! Por isso, neste momento de balanço, não podemos deixar de dirigir a todos os trabalhadores o nosso agradecimento e sentido reconhecimento pelo bom trabalho realizado.

No percurso de mais um ano ao serviço da Cidade, temos também de agradecer aos nossos Clientes, que sendo a razão da nossa existência, motivam o nosso desígnio diário de prestar um serviço melhor,



regular, acessível, seguro, confortável e eficiente, que melhore a sua experiência de viagem e de mobilidade na Cidade.

Por fim, importa ter presente que o sucesso da nossa missão apenas é possível graças à forte aposta que o nosso Acionista - a Câmara Municipal de Lisboa –, empenha na CARRIS, enquanto empresa de mobilidade do Município. O seu suporte incondicional na promoção de um sistema de mobilidade que incentiva a utilização do transporte público de forma cada vez mais sustentável, tem sido para nós fundamental!

A todos o nosso bem-haja, com o compromisso de continuarmos a dar o melhor de nós, na promoção da Mobilidade Inteligente do Futuro, ao serviço da Cidade, da CARRIS, dos seus clientes e dos seus trabalhadores.

### **O Conselho de Administração**

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dra. Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Dra. Sara Maria Pereira do Nascimento

Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho





No período em análise, o Conselho de Administração da CARRIS manteve a sua composição inalterada, com quatro membros executivos e um não executivo, apresentando-se infra a identificação dos seus titulares:



Fernando Pedro  
Peniche de Sousa  
Moutinho

**Vogal não executivo**

Pedro Gonçalo de  
Brito Aleixo Bogas

**Presidente**

Sara Maria Pereira do  
Nascimento

**Vogal executiva**

Maria de Albuquerque  
Rodrigues da Silva  
Lopes Duarte

**Vice-Presidente**

Ana Cristina Pereira  
Coelho

**Vice-Presidente**

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

---

**01** APRESENTAÇÃO  
DA EMPRESA  
E SUAS  
PARTICIPADAS





## 1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E SUAS PARTICIPADAS

### 1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, foi fundada em 18 de setembro de 1872, tendo iniciado a sua atividade com um sistema de transporte do tipo “americano” (carruagens sobre carris movidas a tração animal). A sua primeira linha foi inaugurada em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor - que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado, em 1884, seguindo-se o da Glória, em 1885 e, por fim, o da Bica, em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

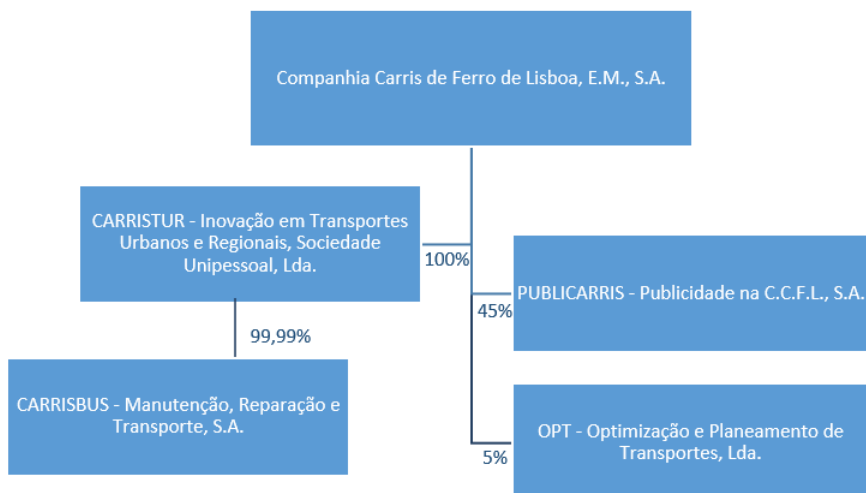
Em 1944, a CARRIS inaugurou o serviço de transporte com o modo autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é, há 151 anos, prestado, na cidade de Lisboa, pela CARRIS, tendo atualmente por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei nº 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro. Este diploma, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2017, transferiu para o Município de Lisboa a posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa celebrado com a CARRIS. Determinou, ainda, a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, bem como da universalidade de direitos e obrigações de que esta é titular, incluindo as suas participações sociais noutras sociedades.

No seguimento das alterações verificadas, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, a 25 de maio de 2017, a 2.ª alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, celebrado entre o Município de Lisboa e a CARRIS, obtendo, em 13 de setembro de 2018, o parecer positivo da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e, em 1 de outubro de 2018, o visto do Tribunal de Contas.

No final de 2023, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 101 carreiras de autocarros (7 da “rede da madrugada”), 6 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, com um total de 797 veículos.

## 1.2. Universo de Empresas CARRIS



O universo de empresas CARRIS é formado pela «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» e pelas suas participadas, conforme organograma acima apresentado.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa «CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.» («CARRISTUR»), empresa que desenvolve a sua atividade em duas principais áreas de negócio: o turismo e a formação. A CARRISTUR é o principal operador de circuitos turísticos em autocarros panorâmicos em Portugal, estando presente em quatro cidades portuguesas: Lisboa, Porto, Funchal e Braga. A realização de ações de formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios), bem como a formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e indiretamente a CARRIS,) detém a maioria do capital da empresa «CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, SA» («CARRISBUS»), cujo objeto principal consiste na manutenção e na reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Esta desenvolve ainda atividades no âmbito do acondicionamento geral de órgãos e de veículos, da desempanagem e reboque dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, nos equipamentos embarcados nos veículos.

A CARRIS tem ainda participação minoritária nas seguintes empresas:

- PUBLICARRIS: empresa criada para a exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS; e
- OPT: empresa especializada em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público.



RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

02 PRINCIPAIS  
INDICADORES

## 2. PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES DE ATIVIDADE	Unidade	REAL 2023	REAL 2022	ORÇ 2023	Var 2023/2022 (%)	Var 2023/ORÇ (%)
<b>Indicadores de PROCURA</b>						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10 <sup>3</sup>	136 688	126 919	146 019	7,7%	-6,4%
PKT (Passageiros x km)	10 <sup>3</sup>	491 854	448 744	517 965	9,6%	-5,0%
Receita Tarifária (compensações incluídas)	M€	119,225	106,464	123,266	12,0%	-3,3%
<b>Indicadores de OFERTA</b>						
LKO (Lugares x km)	10 <sup>6</sup>	2 427	2 445	2 540	-0,8%	-4,5%
Veículos x km (serviço público)	10 <sup>3</sup>	36 536	36 759	37 865	-0,6%	-3,5%
<b>Qualidade de Serviço</b>						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	97,2%	98,7%	-	-1,5 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	20%	18%	20%	1,9 p.p.	-0,1 p.p.
<b>INDICADORES DE RH</b>						
Nº de efetivos	Un.	2 541	2 591	2 706	-1,9%	-6,1%
Massa Salarial	m€	66 873	60 459	64 437	10,6%	3,8%
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>						
Ativo não corrente	M€	165,236	129,154	181,798	27,9%	-9,1%
Ativo corrente	M€	78,147	81,806	71,499	-4,5%	9,3%
<b>Total Ativo</b>	M€	<b>243,383</b>	<b>210,960</b>	<b>253,297</b>	<b>15,4%</b>	<b>-3,9%</b>
Capital Próprio	M€	117,637	110,745	124,754	6,2%	-5,7%
Passivo	M€	125,746	100,215	128,543	25,5%	-2,2%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	M€	<b>243,383</b>	<b>210,960</b>	<b>253,297</b>	<b>15,4%</b>	<b>-3,9%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	3,443	1,680	10,470	104,9%	-67,1%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	46,610	12,496	57,674	273,0%	-19,2%
Outros Investimentos	M€	3,566	1,598	5,798	123,2%	-38,5%
<b>DESPESA DE INVESTIMENTO</b>	M€	<b>53,618</b>	<b>15,774</b>	<b>73,943</b>	<b>239,9%</b>	<b>-27,5%</b>
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>						
Autonomia Financeira	%	48,3%	52,5%	49,3%	-4,2 p.p.	-0,9 p.p.
Solvabilidade	%	93,6%	110,5%	97,1%	-17,0 p.p.	-3,5 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
<b>Volume de Negócios</b>	M€	<b>121,630</b>	<b>108,641</b>	<b>126,062</b>	<b>12,0%</b>	<b>-3,5%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	M€	<b>9,494</b>	<b>3,067</b>	<b>1,519</b>	<b>209,5%</b>	<b>524,9%</b>
<b>EBITDA</b>	M€	<b>30,360</b>	<b>19,260</b>	<b>22,993</b>	<b>57,6%</b>	<b>32,0%</b>
<b>Rendimentos Operacionais<sup>1</sup></b>	M€	<b>172,112</b>	<b>155,585</b>	<b>173,525</b>	<b>10,6%</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Gastos Operacionais<sup>2</sup></b>	M€	<b>143,567</b>	<b>134,794</b>	<b>152,227</b>	<b>6,5%</b>	<b>-5,7%</b>
<b>Gastos Operacionais por Passageiro Transportado<sup>3</sup></b>	€	<b>0,94</b>	<b>0,97</b>	<b>0,94</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais</b>	%	<b>119,9%</b>	<b>115,4%</b>	<b>114,0%</b>	<b>4,5 p.p.</b>	<b>5,9 p.p.</b>

1) Exclui Reversões + Ajustamentos + Equiv. Patrimonial + Sub. Investimento

2) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Benefícios Pós-Emprego + Equiv. Patrimonial

3) Passageiros transportados incluindo passageiros em fraude

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

---

**03** ANO 2023  
EM REVISTA





### 3. ANO 2023 EM REVISTA



#### Fevereiro

Beneficiação do Quiosque do Cais do Sodré



#### Março

Implementação da nova carreira de bairro 67B - Estrela



#### Abril

Chegada do protótipo do novo elétrico a Lisboa | 28 de abril



#### Maio

Campanha “Estacione Corretamente, o mundo não tem de parar consigo.”



Presença no Salão Imobiliário de Portugal no stand da CML para divulgação das carreiras de bairro



## Junho

Reposição da carreira 778



CARRIS eleita pela 6ª vez consecutiva Marca de Confiança



On Boarding: Novo programa de acolhimento de novos colaboradores



## Julho

Serviço CARRIS em festivais



## Agosto

Reforço de serviço para acesso aos encontros da Jornada Mundial da Juventude



## Setembro

151º Aniversário da CARRIS



Chegada dos novos elétricos



Lançamento da Campanha “Lisboa, são tuas, as Linhas que nos definem”



## Novembro

Lançamento de nova carreira da Rede da Madrugada 203 – Restelo/Xabregas



## Dezembro

Campanha e serviço especial de shuttle “Estacione e festeje o Natal” em parceria com a CML e a EMEL



Chegada dos 24 novos autocarros articulados a GNC



Chegada dos novos autocarros elétricos



Celebração da Revisão Global do Acordo de Empresa



RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

04 ATIVIDADE



## 4. ATIVIDADE

### 4.1. Exploração Operacional

#### 4.1.1. Rede

As medidas implementadas na oferta, no decorrer de 2023, visaram responder às necessidades da procura, nomeadamente as relacionadas com o ajuste de horários e percursos das linhas da rede, e com a realização de serviços especiais para resposta a eventos na cidade. Em particular salienta-se:

- Lançamento de **duas novas carreiras**, uma da Rede de Bairros, em março, e uma da Rede da Madrugada, em novembro:
  - 67B – Estrela;
  - 203 – Restelo-Xabregas.
- Reforço da oferta disponível no **Projeto de Mobilidade Escolar Amarelo**, passando de 3 para 5 carreiras (26B, 29B, 40B, 67B e 70B).
- Disponibilização de **Serviços Especiais**, de apoio a eventos na cidade que mobilizaram grande quantidade de pessoas, com destaque para a Jornada Mundial da Juventude, eventos desportivos (como corridas várias e meia maratona), festas da cidade (com destaque para os Santos Populares e o Shuttle de Natal), grandes conferências como o Web Summit, e concertos e festivais (tais como o NOS Alive, SuperBock Super Rock, Kalorama, entre outros).
- Reforços de oferta em resposta a situações de interrupção de serviço do Metropolitano de Lisboa.
- Reforço de oferta, ajustes de horário, prolongamentos de percurso ou de período de funcionamento:
  - 702 – Serviços nas horas de ponta prolongados ao Bairro da Liberdade;
  - 770 – Percurso principal via Espaço Monsanto em Dia Útil;
  - 771 – Prolongamento à Boa Hora;
  - 778 – Reposição do serviço no Campo Grande-Metro.

Para corresponder da melhor forma às necessidades dos clientes, foram criadas novas paragens, na sequência de solicitações efetuadas por estes ou pelas Juntas de Freguesia. Foram também efetuados ajustes à rede de oferta, de forma a responder aos constrangimentos criados por motivo de obras ou por conclusão das mesmas.

Ao longo do ano, e principalmente em períodos e troços de maior afluência de passageiros, foram efetuados reforços, adicionais aos já previstos na informação ao público, de modo a garantir maior qualidade do serviço prestado e maior conforto ao passageiro. Ainda como medida de incremento da oferta, sempre que possível, foram colocados veículos de maior capacidade (articulados ou *standard*) em linhas que normalmente operam com tipologias de veículos de menor capacidade.

Tabela 1 – Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2023

	Autocarros	Elétricos	Ascensores e Elevador	TOTAL
Nº de Carreiras	101	6	4	111
Extensão da Rede (via simples - km)	749	53		755
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1 849	67		1916
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	18	11		18

#### 4.1.2. Oferta

No ano de 2023 foram criadas duas novas linhas da CARRIS (67B e 203), que permitiram reforçar o serviço tanto da Rede de Bairros, como da Rede da Madrugada.

Por outro lado, este foi um ano de adaptação aos ajustes à dinâmica da mobilidade na Cidade, com um desafio acrescido motivado pelas obras que decorrem na Cidade, nomeadamente na zona da Baixa, que determinaram a necessidade de proceder a adaptações na rede de serviço público da CARRIS, nomeadamente na adaptação de horários e percursos. No caso particular do modo elétrico, esta redução deveu-se à interrupção de uma parte da rede de elétricos decorrente de obras na via pública, com destaque para o encerramento da Rua da Prata.

Os resultados da Oferta registaram um decréscimo de 0,6% em Veículos\*km, comparativamente a 2022 (ano em que o efeito da Pandemia na redução do volume de tráfego ainda se fez sentir). Não tendo ocorrido um corte de serviços, este decréscimo foi sobretudo resultado do crescente congestionamento e interrupções na circulação que resultaram em atrasos e conseqüente redução do número de quilómetros percorridos. Evidenciando esta situação verifica-se que o indicador veículos\*horas aumentou, o que significa que se dispenderam mais horas de operação, mas com menos quilómetros de serviço público realizados.

O resultado do indicador Lugares\*km decorre do indicador Veículos\*km, bem como das diferentes tipologias de frota utilizada nas carreiras de serviço público da Rede CARRIS. A este título, salienta-se que a oferta em termos de número de lugares disponibilizados aumentou 6,8% no modo elétrico, pela introdução, na operação, dos novos elétricos articulados, com maior capacidade.

Tabela 2 – Indicadores da Oferta

	Veículos * km (10 <sup>3</sup> ) SP				Veic * hr (10 <sup>3</sup> ) SP				Lugares * km (10 <sup>6</sup> )			
	2022	2023	Var.		2022	2023	Var.		2022	2023	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	34 931	34 732	-199	-0,6	2 469	2 502	32	1,3	2 319	2 291	-28	-1,2
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1 828	1 804	-24	-1,3	228	228	1	0,4	127	136	9	6,8
<b>TOTAL</b>	<b>36 759</b>	<b>36 536</b>	<b>-223</b>	<b>-0,6</b>	<b>2 697</b>	<b>2 730</b>	<b>33</b>	<b>1,2</b>	<b>2 445</b>	<b>2 427</b>	<b>-19</b>	<b>-0,8</b>

## 4.2. Qualidade do Serviço

### 4.2.1. Velocidade Média de Exploração

Em 2023, a Velocidade Média de Exploração na rede CARRIS, registou um decréscimo relativamente ao ano anterior.

As obras na Cidade e as interrupções de serviço ocasionadas por motivos alheios à responsabilidade da CARRIS, são as principais causas do resultado do indicador.

Tabela 3 – Velocidade Média de Exploração (Km/h)

	2022	2023	Var (%)
Autocarros	14,15	13,88	-1,8
Elétricos	9,13	9,09	-0,4
<b>TOTAL</b>	<b>13,77</b>	<b>13,54</b>	<b>-1,7</b>

A variação da velocidade média de exploração tem um impacto relevante na prestação de um serviço fiável e de qualidade. Com efeito, caso a CARRIS tivesse conseguido operar com uma velocidade de exploração de 14 Km/h em vez dos 13,54 km/h registados, teria sido possível percorrer +1.246.250 Km de serviço público desde o início do ano. Ou seja, com os mesmos recursos (veículos e tripulantes), a CARRIS teria aumentado a sua oferta em km em cerca de 3%.

Atendendo a esta tendência, a CARRIS encontra-se a trabalhar ativamente com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de introduzir medidas que permitam melhorar a velocidade média de exploração e aumentar a competitividade do transporte público à superfície.

As interrupções por estacionamento indevido registaram valores próximos dos registados em 2022: 1.200 ocorrências com 811 horas de impacto para o cliente e afetando 1.378 veículos.

Tabela 4 – Ocorrências

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1 195	1 200	5	0,4
Horas de Interrupção	874	811	-63	-7,2
Veículos Imobilizados	1 371	1 378	7	0,5
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	192	198	6	3,1



#### 4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros\*km”, com a Oferta, medida em “Lugares\*km”, situando-se em cerca de 20%. Em 2023, este indicador regista um aumento de 1,92 p.p. relativamente a 2022.

Tabela 5 – Taxa de ocupação

	2022	2023	Var
Autocarros	18,03	19,88	1,85 p.p.
Elétricos, Ascensores e Elevador	24,16	23,02	-1,14 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>18,35</b>	<b>20,27</b>	<b>1,92 p.p.</b>

#### 4.2.3. Taxa de Acidentes

O número de Acidentes de Exploração ocorridos em 2023, num total de 1.564, foi superior ao verificado no ano anterior, representando um aumento de cerca de 16%. Note-se que este indicador inclui também incidentes tais como pequenos abalroamentos de veículos ou de elementos na via pública.

O agravamento, face a 2022, é explicado pelo aumento da intensidade de tráfego rodoviário verificado na Cidade, criando condições para o aumento da accidentalidade.

Tabela 6 – Sinistralidade - Acidentes de Exploração

Acidentes de Exploração (n.º)	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1 216	1 383	167	13,7
Modo Elétrico	132	181	49	37,1
<b>TOTAL</b>	<b>1 348</b>	<b>1 564</b>	<b>216</b>	<b>16,0</b>

No que respeita à Taxa de Acidentes de Exploração global registou-se um aumento na ordem dos 6,0 p.p., com um impacto mais expressivo no modo elétrico.

Tabela 7 – Sinistralidade – Taxa de Acidentes de Exploração

<b>Taxa de Acidentes de Exploração *</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Var.</b>
Modo Autocarro	34,63	39,56	4,9 p.p.
Modo Elétrico	68,89	94,80	25,9 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>36,40</b>	<b>42,42</b>	<b>6,0 p.p.</b>

\* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total)

Apesar do aumento referido, este foi controlado, mediante a adoção de diversas medidas e ações que foram tomadas e efetuadas pela Empresa, em resultado da implementação e respetiva certificação pela Norma NP ISO 39001:2017, do “Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária”, SGSR, da CARRIS.

Acresce que, a CARRIS aprovou, em 2021, um plano estratégico - “Estratégia Segurança Rodoviária CARRIS Zero-30” - o qual, em paralelo com o processo de melhoria contínua imposto pela certificação referida, promove políticas e a adoção de medidas, conducentes à persecução dos objetivos predefinidos para os próximos 10 anos relativos à segurança rodoviária.

Em resultado das políticas e medidas implementadas, a CARRIS apresenta uma Taxa de Acidentes global menor, quando se compara com as obtidas por outras empresas congéneres europeias.

A CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus tripulantes, seja na formação inicial, seja na formação contínua, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização de ações de sensibilização nas estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para o controlo da accidentalidade.

A formação dos novos tripulantes, admitidos a partir de 2022, inclui um módulo dedicado a temas de Segurança Rodoviária. De referir que a introdução desta temática na formação inicial de tripulantes, corresponde a uma das medidas previstas no documento estratégico acima referido.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos Tripulantes encontra-se restabelecido desde 2017, o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos Tripulantes que no exercício das suas funções contribuem para a redução da taxa de acidentes.

Adicionalmente, no âmbito da prevenção de acidentes, a CARRIS possui uma Comissão de Inquérito a Acidentes Graves (CIAG), acionada sempre que ocorra algum acidente grave, que, pela sua severidade, impacto e gravidade, implique uma análise mais pormenorizada das respetivas causas, bem como a proposta de eventuais recomendações, com vista à mitigação do risco em situações similares futuras. Em 2023, a CIAG foi acionada para proceder à averiguação de 6 acidentes considerados graves, tendo culminado na apresentação de um conjunto de recomendações de melhoria, com vista à redução do risco rodoviário. Apesar destes acidentes terem sido considerados graves, não foi registada nenhuma morte por acidente rodoviário.



#### 4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A Taxa de Cumprimento de Serviço fixou-se em 97%, resultado inferior ao de 2022, pelas razões já apontadas anteriormente, mantendo-se, contudo, em valor superior ao mínimo estabelecido no Contrato de Concessão celebrado com a CML.

Tabela 8 – Taxa de Cumprimento

	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Var</b>
Taxa de cumprimento (VeicXkm)	98,68	97,16	-1,5 p.p.
Taxa de cumprimento (VeicXhr)	99,42	98,77	-0,6 p.p.

### 4.3. Atividade Comercial

#### 4.3.1. Atividade Desenvolvida

O ano de 2023 foi um ano de foco na criação de soluções de mobilidade adaptadas às necessidades dos clientes, como forma de captar e fidelizar clientes para o sistema.

Este esforço foi visível nas diversas presenças da marca em eventos na Cidade, adotando modelos de presença diferenciados com oferta de serviço dedicado ajustado ou oferta de soluções tarifárias adaptadas a necessidades pontuais de mobilidade.

Esta aposta materializou-se também no aumento de capacidade dos locais de venda, no reforço da formação de colaboradores e no alargamento do leque de serviços disponíveis, com vista a estreitar a proximidade com o cliente, municiando-o com soluções eficientes às mais diversas necessidades de mobilidade.

#### 4.3.2. Procura

Durante o ano de 2023, a CARRIS transportou cerca de 136,7 milhões de passageiros, recuperando progressivamente a procura para níveis pré-pandémicos, traduzindo-se em mais 9,8 milhões de passageiros transportados com título válido, o que representa um acréscimo de procura de 7,7% face ao ano de 2022.

Os passes foram os títulos de transporte mais utilizados, com um crescimento de 8,2% face ao ano anterior. Os passageiros de títulos ocasionais cresceram 4,9% em termos homólogos, correspondendo a cerca de mais 900 mil clientes.



Tabela 9 – Passageiros – Validações

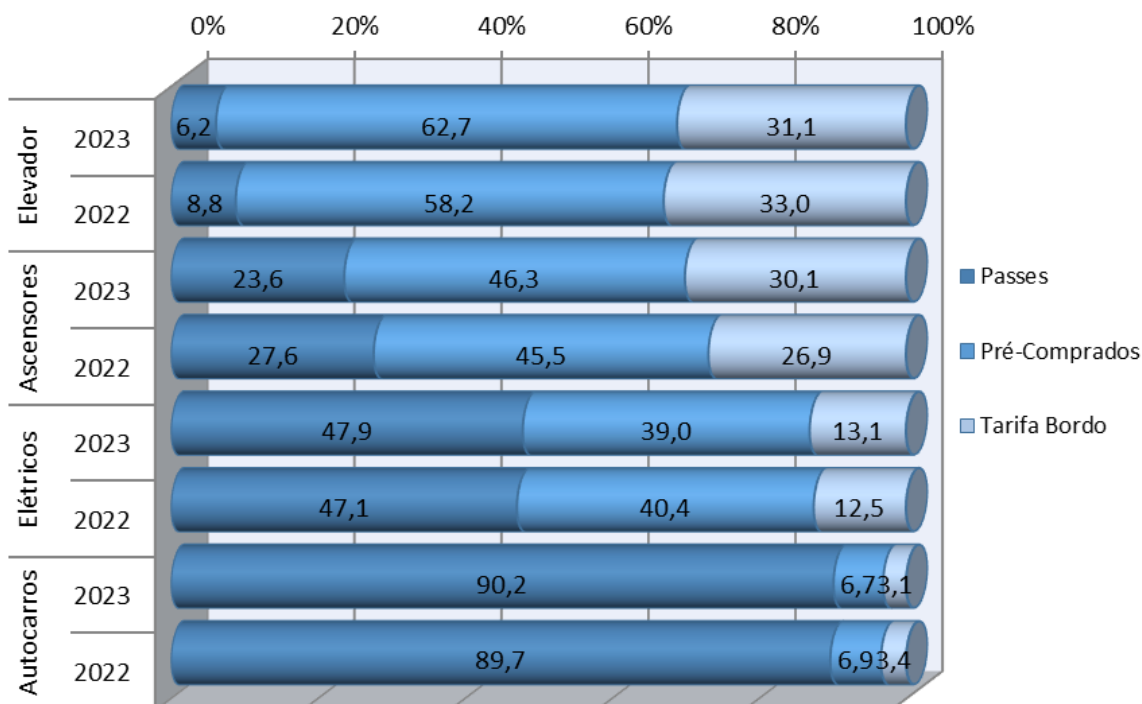
(milhares de passageiros)

Passageiros - Validações	2022	2023	Var (%)
Títulos ocasionais	18 180	19 078	4,9
Passes	108 739	117 610	8,2
<b>Total Passageiros transportados com Título Válido</b>	<b>126 919</b>	<b>136 688</b>	<b>7,7</b>

A utilização de títulos de transporte mensais (passes) representou 86% das validações. Em termos de distribuição da procura, os títulos mensais continuam a ter maior expressão no modo autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso no modo elétrico.

Os utilizadores de tarifa de bordo têm maior representatividade nos ascensores e no elevador de Santa Justa.

Gráfico 1 – Estrutura da Procura/Modo<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Considerados, também, os passageiros com título gratuito.

### 4.3.3. Receitas Tarifárias

No quadro de um novo sistema tarifário metropolitano, o Regulamento nº 278-A/2019, de 27 de março, veio definir as regras gerais para a «Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa», nomeadamente no que respeita à atribuição da compensação financeira no âmbito dos títulos de transporte visados pelo «Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)».

Em 2023, manteve-se em vigor o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19.

Neste contexto, as receitas dos passes navegante resultam das vendas da rede de cada operador acrescidas da quota parte das vendas dos canais dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), das compensações de tarifas reduzidas (4-18/sub23, social+, Antigo Combatente, redução do preço do passe Urbano 3ª Idade e Gratuitidade Lisboa), da compensação PART e da compensação por obrigações de serviço público (tarifária).

Em 2023, as receitas tarifárias da CARRIS<sup>2</sup>, cresceram 12% face ao período homólogo, atingindo 119 milhões de euros. Os resultados foram positivamente afetados pelas vendas de passes mensais, traduzindo-se em mais 6,7%, e pelas receitas de títulos ocasionais que registaram um crescimento substancial de 14%.

As participações por reduções tarifárias resultam da prática das modalidades de desconto e continuaram a alavancar a receita da CARRIS com 9,2 milhões de euros referentes a passes 4\_18/ Sub23, social+, Antigo Combatente, Urbano 3.ª idade, Gratuitidade Lisboa e Compensação de serviço público tarifária (COSP tarifária, no âmbito do Contrato de Concessão). No que respeita ao PART, os valores registados correspondem a 32 milhões de euros, estando a aguardar regularização de fecho do ano.

Tabela 10 – Receita (sem IVA) por Título de Transporte

Títulos de transporte		(milhares de €)		
		2022	2023	Var (%)
Receitas (sem IVA)	Títulos ocasionais	30 922	35 265	14,0
	Passes	40 105	42 789	6,7
	<b>Total das receitas</b>	<b>71 027</b>	<b>78 054</b>	<b>9,9</b>
	Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / AC / Urbano 3ª Id / GLx / PART / COSP Tarifária	35 437	41 171	16,2
	<b>Total das receitas com participações</b>	<b>106 464</b>	<b>119 225</b>	<b>12,0</b>

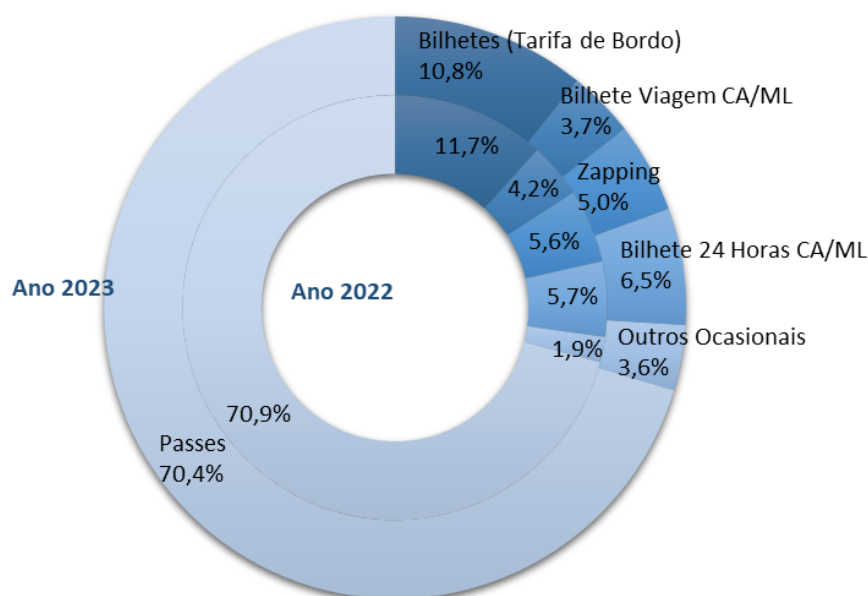
<sup>2</sup> Incluindo participações por reduções tarifárias.



As receitas associadas aos diferentes títulos ocasionais representam 30% das receitas tarifárias auferidas em 2023, ascendendo a 35,3 milhões de euros, o que representa mais cerca de 4,3 milhões de euros, face a 2022.

O gráfico seguinte ilustra o peso da receita tarifária da CARRIS por título, incluindo as participações tarifárias, sendo a maior parte, 70,4%, proveniente das vendas de passes e 10,8% da venda de tarifa a bordo nos veículos.

Gráfico 2 – Receitas Acumuladas 2023



#### 4.3.4. Receita Não Tarifária

Além das receitas provenientes da sua atividade principal, o transporte público, importa neste ponto ressaltar receitas provenientes de outras fontes, nomeadamente, aluguer de veículos para eventos ou filmagens, receitas de elétricos de turismo, aluguer de espaços, receitas publicitárias, vendas diversas (museu, resíduos e refugos e ainda de cartões para títulos de transporte). Em 2023, estas vendas totalizaram cerca de 2,515 milhões de euros.

Em 2023 verificou-se um ligeiro acréscimo, de 4,1%, desta receita complementar, nomeadamente no que diz respeito aos alugueres.



### 4.3.5. Combate à Fraude

Durante o ano de 2023 foram fiscalizados cerca de 2,6 milhões de passageiros e foram emitidos 23.109 Autos de Notícia. A taxa de coimas pagas voluntariamente na CARRIS aumentou de 14,50%, no ano de 2022, para 17,21%, no ano de 2023, na relação de Autos pagos vs. Autos emitidos.

Em 2023, continuou-se com o processo de submissão, comunicação e envio dos Autos de Notícia, via IMT, I.P., através de plataforma informática (*WebService*), à entidade responsável pela cobrança (AT).

Na prossecução do objetivo de modernização tecnológica da CARRIS, no ano de 2023 consolidou-se o processo de desmaterialização do Auto de Notícia, bem como da implementação de processo eletrónico de liquidação presencial de coimas, junto do Agente de Fiscalização, via *MBWay*.

No âmbito da JMJ, implementou-se uma valência tecnológica de validação de títulos de transporte nos terminais de fiscalização, estando esta função disponível para necessidades futuras.

### 4.3.6. Feedback do cliente

Alicerçada na sua missão de proporcionar uma experiência de mobilidade de excelência, a CARRIS reafirmou o compromisso de promover um serviço focado no cliente, consolidando este desígnio através do Inquérito de Satisfação do Cliente (ISC), realizado anualmente. Este inquérito constitui uma ferramenta essencial para a avaliação da perceção global dos clientes em relação ao serviço prestado.

O ISC reflete a média ponderada de sete critérios fundamentais de qualidade: Oferta de Serviço, Acessibilidade, Informação, Tempo, Apoio ao Cliente, Conforto e Segurança Pública/Pessoal. Em 2023, a CARRIS obteve um índice de satisfação do cliente de 7,90 pontos numa escala de 1 a 10, representando um incremento de 0,03 em comparação com o ano anterior. É relevante destacar que este resultado, quando contextualizado com o período pré-pandémico, demonstra uma melhoria substancial (6,86 vs. 7,90).

Destacando-se como um ponto de ênfase positivo, a acessibilidade continua a ser o critério com maior destaque entre os clientes. É notável que a esmagadora maioria dos clientes CARRIS (94,8%) atribui índices de satisfação entre 7 e 10. No extremo oposto, a proporção de clientes insatisfeitos, com índices entre 0 e 3, diminuiu em relação a 2022, praticamente atingindo a marca de 0,1%.

Estes resultados evidenciam a satisfação dos clientes, reconhecendo o empenho diário da CARRIS na oferta de serviços de mobilidade de qualidade na Cidade de Lisboa. Este êxito reflete-se não apenas na avaliação global, mas também na perceção detalhada de cada critério que compõe o ISC.

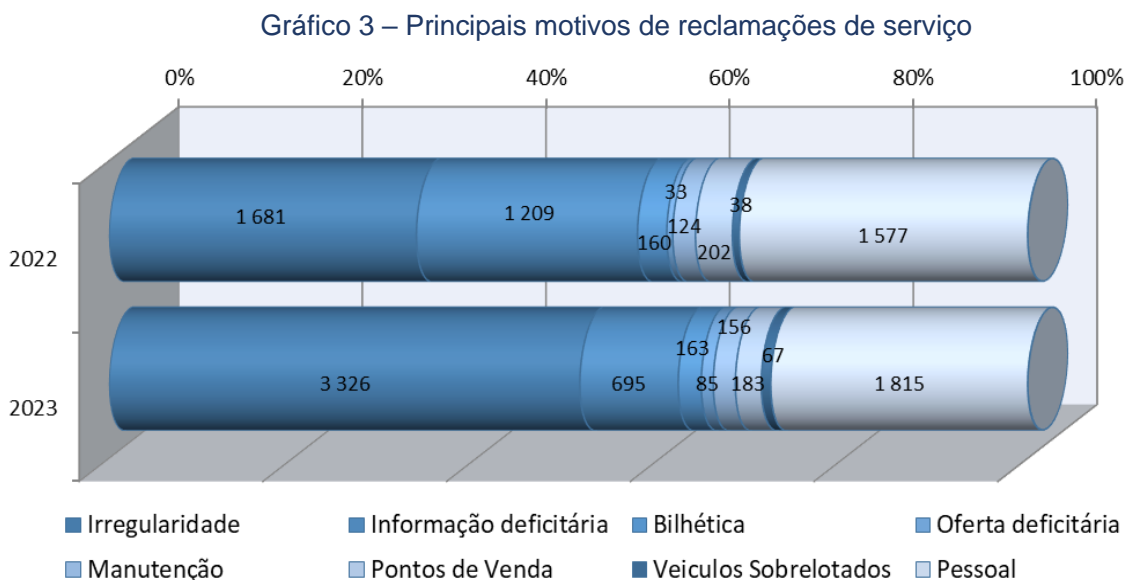
No que concerne às comunicações dos clientes, registou-se em 2023 um total de 21.777, das quais 6.649 corresponderam a reclamações de Clientes (31%) e as restantes a pedidos de informação e elogios.



Tabela 11 – Tipologia de processos | Comunicações do cliente

	2022	2023	Var (%)
Reclamações	5 129	6 649	29,6
Pedidos e Sugestões	11 338	14 889	31,3
Elogio a Pessoal e Serviço	246	239	-2,8
<b>TOTAL</b>	<b>16 713</b>	<b>21 777</b>	<b>30,3</b>

Relativamente às reclamações de serviço, os principais motivos apresentam-se no gráfico seguinte:



O sistema de atendimento/reclamações da CARRIS está estruturado de forma a ser também uma fonte de informação rápida e ágil, através da qual as reclamações, sugestões ou informações, são processadas e distribuídas pelas respetivas áreas, permitindo, assim, intervenção em tempo útil na melhoria contínua de cada serviço e promovendo um aumento global da eficácia com que é prestado o serviço aos clientes.

No que respeita ao tempo médio de resposta a clientes, foi atingida, em 2023, a média de 1,8 dias úteis, o que é demonstrativo das melhorias introduzidas no processo de resposta e da maior articulação da equipa de gestão de reclamações com todas as áreas da Empresa.





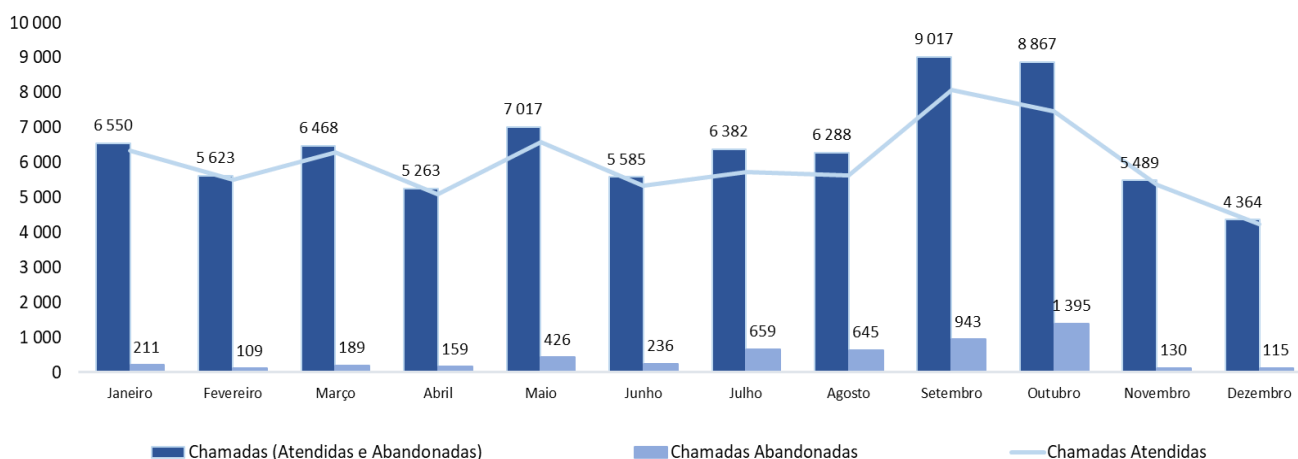
### Atendimento Telefónico | Call center

O centro de atendimento telefónico CARRIS está disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, proporcionando um apoio abrangente aos clientes CARRIS em diversas áreas e tópicos. Este serviço destaca-se por fornecer informações úteis, precisas e claras sobre os serviços prestados.

No que diz respeito ao Centro de Atendimento CARRIS, o ano de 2023 representou mais um período desafiante.

Durante este ano, registou-se um total de 76.913 chamadas, com aproximadamente 7% destas resultando em chamadas abandonadas. Este valor reflete um aumento de 6% em comparação com o ano anterior. Importa salientar que, apesar do aumento do volume de chamadas, conseguiu-se manter um tempo médio de espera inferior a 1 minuto, reforçando o compromisso da CARRIS em proporcionar uma experiência de atendimento eficiente e célere.

Gráfico 4 – Chamadas no Centro de Atendimento ao Cliente



### 4.3.7. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2023, a Rede de Vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:

Tabela 12 – Composição da Rede de Vendas

	2022	2023
Lojas CARRIS	3	3
Quiosques CARRIS	4	4
Concessionários CARRIS	15	10
Agentes Payshop	369	0
<b>TOTAL</b>	<b>391</b>	<b>17</b>

Em 2023, a TML assumiu uma estratégia global para a venda do sistema de transportes, com a contratação de um prestador de serviços externo, especializado, encarregue desta atividade e com dispersão/presença ao nível da área metropolitana de Lisboa.

Assim, a CARRIS conseguiu focar-se de forma mais eficiente, na gestão da sua rede própria, com clara aposta no aumento de capacidade dos locais de venda, aumento do portfólio de serviços disponíveis, aposta na formação e acompanhamento próximo e foco nas funções de pré e pós-venda como ferramenta de captação e fidelização de clientes para o sistema de transportes.

Em 2023, foram atendidos nas Lojas CARRIS um total de 215.841 clientes distribuídos da seguinte forma: 117.134 clientes na Loja do Arco Cego, 75.871 clientes na Loja de Santo Amaro e 22.836 clientes na Loja de Cidadão do Saldanha.

De ressaltar a disponibilidade e capacidade de adaptação às necessidades dos clientes com o alargamento do horário de funcionamento em dias úteis e abertura em fins de semana e feriados desta rede de vendas própria, com vista a dar resposta ao acréscimo de procura verificado nas JMJ e no período de setembro/outubro pelos jovens estudantes.

Ao nível da produção de cartões, foram produzidos 83.672 cartões navegante personalizados, incluindo pedidos em prazo normal (10 dias úteis), urgentes (24 horas) e 15 minutos, na rede de Lojas e Quiosques da CARRIS, designadamente: 43.787 na Loja do Arco Cego, 21.909 na Loja de Santo Amaro, 13.239 na Loja de Cidadão do Saldanha e 4.737 na rede de Quiosques do Colégio Militar, Lumiar, Campo Pequeno e Cais do Sodré.

No âmbito da estratégia de melhoria contínua e, tendo em vista, o ajuste às necessidades do cliente foi alargado o portefólio de serviços na rede de Quiosques, tais como:

- Alargada a possibilidade de pedido de produção de cartões navegante urgentes no segundo semestre do ano, gerando um total de 2.666 pedidos desta índole nestes 4 locais;
- Disponibilizada a função de renovação de perfis nos cartões navegante, de forma a dar resposta ao acréscimo de procura de jovens estudantes nos meses de setembro e outubro à rede dos operadores de transporte.

Cumpra ainda mencionar, a conclusão da obra de recuperação e remodelação do Quiosque do Cais Sodré, que visou melhorar o estado de conservação do edifício, bem como garantir a funcionalidade e adaptação do serviço às necessidades da Empresa e dos seus clientes.

#### 4.4. Segurança de Exploração (*Safety*)

A CARRIS manteve o foco na Segurança de Exploração (*Safety*), em particular, na sua componente rodoviária, através da implementação do seu plano “Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30”, e do desenvolvimento do seu Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária (SGSR), criando as condições para a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade, bem como a redução dos respetivos

impactos, seja ao nível das consequências humanas e materiais, seja ao nível da qualidade do serviço público prestado.

Durante o período em apreço foi também reforçado o acompanhamento das ocorrências de exploração no âmbito do vandalismo e segurança (*Security*), garantindo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, nos casos em que tais ocorrências pudessem contribuir para o aumento do risco de acidente, com o objetivo de tornar o transporte público mais seguro para os clientes, os tripulantes e o material circulante.

A CARRIS executou as medidas previstas no Plano Anual de Segurança de Exploração, com particular ênfase na temática da segurança rodoviária. Foi igualmente mantida a análise e tratamento de dados das ocorrências, de acidentes e de incidentes, averiguando as respetivas causas e circunstâncias e propondo medidas mitigadoras dos impactos negativos dos mesmos. Adicionalmente ao tratamento que já era realizado, iniciou-se em 2023, a análise detalhada das reclamações recebidas, com impacto direto na Segurança Rodoviária, o que possibilita a identificação de comportamentos de risco rodoviário, os quais, por via da formação e sensibilização, poderão ser corrigidos e irão promover a realização de um serviço público mais seguro.

No âmbito da Estratégia de Segurança Rodoviária Zero-30 da CARRIS, durante 2023, foram realizadas 720 visitas técnicas a veículos de serviço público (657 a autocarros e 63 a elétricos sobre carril).

## 4.5. Frota de Serviço Público

### 4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano de 2023, a CARRIS prosseguiu o processo de renovação da sua frota, com a aquisição de veículos mais modernos, confortáveis e com maior eficiência energética.

Importa destacar a receção de 12 dos 15 novos carros elétricos articulados em aquisição pela CARRIS, sendo que destes, 10 entraram ao serviço ainda em 2023, vindo reforçar a oferta da linha 15E, mais modernos, mais silenciosos e com maior capacidade do que os elétricos articulados de que a CARRIS já dispunha (220 passageiros). Os 3 veículos remanescentes serão entregues e entrarão ao serviço no 1.º semestre de 2024.

Assim, no final de 2023, a CARRIS estava dotada de um total de 17 carros elétricos articulados, a que se juntam 38 carros elétricos históricos que diariamente realizam os serviços nas colinas de Lisboa.

No que respeita à frota de autocarros, no final de 2023 a CARRIS dispunha de 734 veículos, repartidos pelas diversas tipologias, sendo 60 *Minis*, 57 *Médios*, 520 *Standard*, 92 *Articulados* e 5 veículos específicos para o serviço especial para passageiros com mobilidade reduzida (PMR), utilizando diversas alternativas energéticas, de forma a criar resiliência num contexto de instabilidade do mercado energético, permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menor impacto ambiental para a Cidade.



Tabela 13 – Frota de Serviço Público

Ano	31.12.2022	31.12.2023
Autocarros	737	734
Standard	510	504
Standard Eléctricos	15	16
Minis	61	60
Médios	57	57
Articulados	89	92
Serviço Especial - Passageiros Mobilidade Reduzida	5	5
Eléctricos	48	55
Remodelados	38	38
Articulados*	10	17
Ascensores + Elevador	8	8
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>797</b>

\* O número total de eléctricos articulados no final de 2023 era de 19, sendo que 2 apenas entraram ao serviço no início de 2024

Em 2023 foram recebidos 34 novos autocarros, sendo 10 *Standard* eléctricos (no âmbito de um processo de aquisição de 30 autocarros eléctricos desta tipologia) e 24 Articulados a gás natural comprimido (GNC), o que permitiu oferecer ao cliente uma frota cada vez mais sofisticada e com menos impacto ambiental para a Cidade.

Durante o ano de 2023 foram também celebrados novos contratos para aquisição de autocarros, bem como iniciados novos procedimentos com o mesmo desiderato, de forma a garantir e a acelerar o processo de renovação da frota. Assim, foi contratada a aquisição de 14 novos autocarros *mini* eléctricos, com o objetivo de alargar esta tipologia de frota, maioritariamente usada nas carreiras de bairro ou em percursos onde as características da rede viária urbana não permitem a utilização de autocarros de dimensão superior. Esta aquisição vem contribuir para o processo de descarbonização em curso, na medida em que estes são os primeiros autocarros eléctricos desta tipologia a serem adquiridos pela empresa. Foi igualmente iniciado um procedimento de aquisição de 75 autocarros *standard* GNC, com o objetivo de substituir segmentos de autocarros *standard* a gasóleo com uma idade avançada, e cuja contratação será concretizada no início de 2024.

No sentido de incrementar a eficiência energética nos transportes urbanos públicos no País, foram lançados Avisos do Portugal 2020 pelo «Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)», aos quais a CARRIS se candidatou com objetivo de ver cofinanciado o seu investimento em nova frota, com melhor desempenho ambiental. Ao todo foram aprovadas três candidaturas. Assim, a CARRIS beneficiou de um apoio na aquisição de um conjunto de 205 autocarros

(dos quais 180 movidos a GNC e 25 elétricos), no âmbito de 2 candidaturas integralmente executadas e encerradas em 2023. Em paralelo, a CARRIS candidatou-se ao Apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros, como resposta ao objetivo da «Descarbonização dos Transportes Públicos», ao abrigo do «Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)», que permitirá adquirir de forma cofinanciada um conjunto de 20 autocarros standard elétricos e 14 minis elétricos, no decorrer do ano de 2024.

A idade média da frota de autocarros situou-se nos 11,1 anos, no final de 2023, idade superior aos 10,3 anos que se verificaram no final de 2022, devido a atrasos registados na entrega dos novos autocarros que levaram a um necessário prolongamento de vida de alguns autocarros cujo abate estava previsto acontecer.

#### 4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

No decurso do ano de 2023, a CARRIS desenvolveu a atividade de manutenção e reparação de carroçarias dos veículos da frota de autocarros, seja por prestação de serviços internos, seja com recurso a prestações externas.

Procedeu-se a grandes reparações gerais de carroçaria em alguns segmentos, tendo aumentado as reparações com recurso a prestadores externos e reduzido as de prestação interna. Todas as grandes reparações foram realizadas em autocarros de tipologia *Standard*, em segmentos adquiridos em 2005 e em 2009. Estas grandes reparações foram promovidas por forma a aumentar a vida útil do bem, de forma a manter o bom estado de condição da carroçaria por mais anos.

Tabela 14 – Reparções de Carroçaria

Reparções de Carroçaria (n.º)	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Interna	14	5	-9	-64,3
Externa	12	14	2	16,7
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>-7</b>	<b>-26,9</b>

Durante o ano, deu-se continuidade à manutenção regular dos veículos da frota de autocarros, através da prestação de serviços internos complementada com recurso a prestações externas, baseadas em contratos de manutenção celebrados para cada um dos 18 segmentos existentes.

Tabela 15 – Custos de Manutenção da Frota de Autocarros

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	16 085 562	18 388 357	2 302 795	14,32



### 4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2023, o plano de reparações gerais dos carros elétricos tendo sido reparados 8 elétricos remodelados e 1 elétrico articulado. Foi ainda efetuada a reparação intermédia dos ascensores da Bica e do Lavra.

Deu-se igualmente continuidade à manutenção corrente dos veículos da frota de elétricos.

Tabela 16 – Custos de Manutenção do Modo Elétrico

	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção da Frota de Elétricos/Ascensores/Elevador(€)	3 019 404	3 331 247	311 843	10,33
Custo de Manutenção das Infraestruturas do Modo Elétrico(€)	1 761 540	1 444 833	-316 707	-17,98

## 4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

### 4.6.1. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2023 foram substituídos 1.437 m de fio de contacto, no âmbito da renovação da infraestrutura da Rede Aérea. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

### 4.6.2. Via-férrea

Para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com entidades externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, de modo a garantir as necessárias condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 301,58 m
- Limpeza de agulhas – 4.668 un
- Lubrificação de agulhas – 12.109 un
- Afinação de agulhas – 784 un
- Reparação de agulhas – 54 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 744 un
- Limpeza de canal do carril – 473,42 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 84 un



- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 102,2 m

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100%.

### 4.6.3. Colaboração com Entidades Externas

A CARRIS tem vindo a colaborar com diversas entidades na renovação e expansão da rede de elétricos, com destaque para a articulação estreita que existe com a CML neste âmbito. Foram elaborados diversos projetos de execução e planos de viabilidade para diferentes zonas da Cidade, incluindo a compatibilização da rede de elétricos com as obras em curso na Cidade, de que é exemplo a intervenção realizada na Av. Almirante Reis no âmbito das obras do Plano Geral de Drenagem.

Paralelamente, foram realizados trabalhos em colaboração com o Metropolitano de Lisboa, no âmbito das obras em curso em Santos e na Av. 24 de Julho, bem como estudos relacionados com futuras obras de expansão da rede do Metro que implicam adaptações temporárias na rede de elétricos da CARRIS.

## 4.7. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar e divulgar o valioso acervo histórico da Empresa, que é parte integrante e imprescindível da História do desenvolvimento dos transportes e da mobilidade na Cidade de Lisboa. O Museu tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional e municipal, sobretudo desde que a CARRIS passou a integrar o universo dos equipamentos culturais da Cidade. Através de uma viagem emocionante no tempo, conta histórias do quotidiano de uma Cidade que ficaram retidas na sua memória e nos veículos da CARRIS.

O ano de 2023 foi um ano de crescimento e consolidação. Cumpriu-se o objetivo traçado de aproximação a números pré-pandemia, nomeadamente, tendo como referência o ano de 2019, superando assim o valor anual de venda de bilhética.

O Museu da CARRIS manteve o compromisso com a solidariedade social através da Bolsa de Responsabilidade Social, tendo recebido diversas associações: Casa Pia de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, Associação *Vitae*, Comunidade Vida e Paz, Agrupamento de Escolas *Lapiás*, Associação *Serve the City*, Projeto Passaporte E8G e Psiquiatria do Hospital Egas Moniz.

Reforçou-se a posição do Museu da CARRIS como palco estratégico da Empresa no âmbito da Representação Institucional, para além da sua missão enquanto equipamento cultural do universo da Empresa, testemunho da sua riqueza e história, procurando, sempre que possível, promover visitas institucionais no âmbito de encontros, congressos, *talks* e conferências externas e internas. Salienta-se, entre outras iniciativas, a promoção da visita institucional no âmbito do projeto de mobilidade *VoxPop*, a

3.<sup>a</sup> Reunião do Comité de Acompanhamento Sustentável 2030 da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e o evento de Apresentação da Campanha “O melhor presente é estar presente” da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Em setembro de 2023, a CARRIS celebrou 151 anos. Neste contexto, o Museu foi palco de eventos integrantes da esfera da Responsabilidade Corporativa e Representação Institucional em que se inscreve. Mais uma vez, como um verdadeiro “cartão de visita” institucional, as atividades promovidas no Museu integraram o programa do “*Open Day*” da Empresa, evento de convívio e partilha dos colaboradores da Empresa. Este evento também contou com a Cerimónia institucional de reconhecimento e de entrega aos colaboradores dos emblemas e diplomas de “Boa Condução” e “Antiguidade”, um momento com forte tradição na CARRIS.

O Museu foi, novamente, o palco da partida para mais uma edição do “Desfile de Clássicos do Museu da Carris”, desta feita com destino a Algés. À frota de clássicos juntaram-se mais três elétricos temáticos da CARRISTUR. Na zona de acolhimento e *onboarding* dos passageiros ocorreram dois momentos musicais, promovidos pela Banda da CARRIS.

Outra ação com tradição no âmbito da Estratégia da Responsabilidade Corporativa, na vertente social, é o “Elétrico de Natal da CARRIS”, promovida desde 1980. Com 41 edições realizadas, são várias as gerações de crianças que celebraram o Natal num passeio de elétrico pelas ruas da Cidade. Esta ação é especialmente dedicada a grupos escolares e contempla a encenação de um conto clássico de Natal e uma atividade criativa no interior do elétrico, realizada por monitores do Serviço Educativo do Museu da CARRIS.

No ano em que a CARRIS celebrou 151 anos de história, o Elétrico de Natal mobilizou cerca de 2.160 crianças num total de 3.750 pessoas. O Museu da CARRIS abre portas à ação, concebe a atividade e apoia a ação através dos seus Serviços Educativos.

Ainda no âmbito da Responsabilidade Corporativa e da cultura da Empresa, a CARRIS dedicou alguns dias exclusivos do Elétrico de Natal aos seus colaboradores e familiares. Este ano, pela primeira vez, contemplou três dias dedicados aos trabalhadores da CARRIS, CARRISBUS e CARRISTUR, com lotação máxima.

O Museu da CARRIS continuou ainda a apostar na programação do Serviço Educativo para os vários públicos – crianças, jovens, escolas, famílias, seniores e pessoas com necessidades específicas, com o propósito de consciencializar o público para a existência da coleção e do património da CARRIS, bem como a sua importância na evolução da morfologia da Cidade, do desenvolvimento tecnológico e sua história. Em 2023, o Serviço Educativo do Museu, consolidou e fidelizou públicos, destacando-se a forte adesão de turmas das faixas etárias dos 3 aos 5 anos, bem como no regresso mais expressivo das famílias, nomeadamente, em *workshops* ao fim-de-semana, uma nova oficina para seniores e a promoção de uma visita intitulada “O caminho da Sustentabilidade” vocacionada para o público adolescente, ou seja, no contexto do ensino secundário ou de cursos técnicos.

Com um balanço positivo do ano de 2023, colocou-se no segundo semestre um olhar sobre o ano de 2024, em que o Museu celebra 25 anos de história. Neste sentido, elaborou-se um programa ambicioso, com muitos eventos, novas peças, novas exposições temporárias, novo *merchandising*, o *rebranding* do Museu e a mobilização de novos parceiros, nomeadamente, o Museu Nacional Ferroviário e o Museu





do Carro Elétrico. Pretende-se também fazer uma maior exibição externa da coleção de material circulante com a inerente maior visibilidade do Museu nas ruas de Lisboa junto do público.

Pretende-se celebrar esta efeméride, num cenário de crescimento contínuo do Museu, tanto em número de visitantes, como em valores de bilhética, de modo a reforçar a imagem do Museu da CARRIS como um cartão de visita da Empresa, um espaço museológico sustentável e um repositório vivo de História que represente o passado, mas também projete, o futuro da CARRIS, da mobilidade e da Cidade.

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

---

**05** RECURSOS  
HUMANOS





## 5. RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano CARRIS é gerido de forma estratégica. Assente num modelo de gestão de competências e objetivos, procura facilitar o alcance dos objetivos estratégicos, tendo presente a sustentabilidade da Empresa. Nesse sentido, em 2023 o vetor principal que orientou a política de gestão dos colaboradores CARRIS, foi a melhoria das condições remuneratórias e de trabalho, bem como o alinhamento das atividades com os objetivos da Empresa.

De forma a garantir o cumprimento do Plano de Oferta, a Empresa continuou a reforçar o seu quadro de efetivos, quer ao nível operacional, quer nas áreas de suporte ao negócio. Assim, em 2023, procedeu-se à contratação de 137 colaboradores, de acordo com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento, com enfoque, natural, nos profissionais da área operacional. Ao nível dos tripulantes (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios) foram admitidos 110 trabalhadores, 5 para a área oficial, 1 técnico especialista, a que se juntaram 21 novos trabalhadores para as áreas corporativas. Por decisão judicial, foi ainda reintegrado na Empresa mais um tripulante.

A CARRIS, nos seus processos de gestão do capital humano, procede à reconversão profissional de trabalhadores oriundos da área do tráfego (Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios), que ficam inaptos definitivamente para o desempenho das funções de origem, em virtude da avaliação clínica, pela medicina do trabalho, tendo concretizado 15 reconversões no ano em análise.

O Apoio Social CARRIS desenvolve a atividade com o propósito da promoção do bem-estar psicossocial dos colaboradores, através de ações de prevenção, acompanhamento e potenciando o reforço da cultura CARRIS junto dos trabalhadores. Em 2023, os processos assentaram, essencialmente, no acompanhamento de trabalhadores, quer a pedido dos próprios, das respetivas chefias, ou através de sinalização da psiquiatria.

É de referir que o Núcleo de Apoio Social incide a sua atividade, sobretudo, ao nível dos trabalhadores operacionais. Na globalidade registou-se um crescimento, de cerca de 5%, ao nível dos acompanhamentos realizados.

Tabela 17 – Apoio Psicossocial

Ano	2022	2023
Tripulantes	71	79
Agentes de Fiscalização	2	5
Outros trabalhadores	14	7
<b>Total de acompanhamentos</b>	<b>87</b>	<b>91</b>

## 5.1. Evolução do Efetivo

Em 2023, o Efetivo Global CARRIS, tal como já se havia registado no ano transato, verificou uma diminuição de 1,9%, em resultado da saída de trabalhadores ter sido superior à prospetivada no Plano de Atividade e Orçamento (traduziu-se em mais 36 saídas do que em 2022).

Tabela 18 – Efetivo CARRIS a 31 de dezembro

Ano	2022	2023
Efetivo Global	2 591	2 541
Tripulantes	1 890	1 849
Quadros Superiores	150	160
Outros	551	532

## 5.2. Política Salarial

A negociação coletiva de 2023, resultou na revisão global dos Acordos de Empresa, com a atualização significativa dos índices salariais e do regime de progressões previstas no Regulamento de Carreiras Profissionais (RCP).

Durante o período em que decorreram as JMJ, em Portugal, o serviço de transporte público de passageiros foi o meio privilegiado e mais adequado para as deslocações, gerando um acréscimo exponencial da procura, pelo que a CARRIS garantiu a oferta que facilitou a mobilidade dos participantes. Desta forma, a Empresa e as Associações Sindicais outorgantes dos Acordos de Empresa, em sede de negociação, acordaram a atribuição de uma compensação pelo acréscimo de penosidade do serviço público de transporte rodoviário, na Cidade de Lisboa, no período em que decorreram as JMJ, que se traduziu num abono, por cada hora trabalhada, a todos os trabalhadores.

## 5.3. Formação

A CARRIS procura promover o desenvolvimento de competências e a qualificação do capital humano por meio de programas formativos, sustentados nos pilares estratégicos da organização, designadamente no que compreende o foco na qualidade de serviço ao cliente. Os programas incluem Formação Contínua para trabalhadores CARRIS e Formação Inicial para candidatos à função de Tripulante - Motorista de Serviço Público (MSP) e Guarda-Freio (GF), integrando formação técnica e comportamental.

Em 2023, foram executadas 92 837 horas de volume de Formação nas seguintes áreas:



- Formação Contínua (39%)

Volume de Formação realizado:

- Área Corporativa: 6 391 horas (18%)
- Área Operacional: 26 615 horas (74%)
- Área Oficial: 2 947 (8%)

- Formação Inicial (61%)

Volume de Formação realizado:

- Motorista de Serviço Público (MSP): 53 141 horas (93%)
- Guarda-Freio (GF): 3 744 horas (7%)

Comparando com o ano anterior, o volume de Formação em 2023 aumentou globalmente, em cerca de 49%, essencialmente devido ao facto de a formação inicial ter incidido mais em candidatos a tripulante que apenas detinham carta de condução de ligeiros (Carta B), pelo que a Empresa promoveu a obtenção da Carta de Condução de Pesados de Passageiros (Carta D) e a obtenção da Carta de Qualificação de Motorista (CQM), obtida na sequência de formação que confere o Certificado de Aptidão de Motorista (CAM). Os projetos formativos de integração de novos trabalhadores para a área de tráfego foram os que mais se destacaram.

Tabela 19 – Formação

Ano	2022	2023
Horas	62 232	92 837
Participantes	2 690	2 695
Custo (10 <sup>3</sup> euros)	346	435
<b>Taxa de Formação (‰)</b>	<b>13,7</b>	<b>20,5</b>

## 5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

### 5.4.1. Taxa de Absentismo

No ano em análise, verificou-se uma inversão na tendência de crescimento das ausências ao serviço. A Taxa de Absentismo, reduziu cerca de 0.8 p.p, face a 2022, essencialmente devido ao fim da pandemia resultante do COVID-19, declarado em maio de 2023, pela OMS.



Tabela 20 – Absentismo em sentido lato

Ano	2022	2023
Horas	510 700	471 283
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>11,2%</b>	<b>10,4%</b>

Tal como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o principal fator a contribuir para o absentismo, verificando-se um crescimento marginal deste indicador.

Tabela 21 – Absentismo detalhado

Ano	2022	2023
Doença	6,56%	6,57%
Acidentes de Trabalho	0,7%	0,9%
Faltas Injustificadas	0,1%	0,2%
Faltas Justificadas	3,8%	2,7%
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>11,2%</b>	<b>10,4%</b>

#### 5.4.2. Trabalho Suplementar

O ano de 2023 caracterizou-se pelo crescimento do recurso a trabalho extraordinário, para garantir o cumprimento do Plano de Oferta, dado que a Empresa contou com menor número de trabalhadores ao serviço. Assim, a taxa de Trabalho Suplementar Global em 2023 registou um crescimento de 2,5 p.p., apresentando uma taxa de 7,6%, justificado essencialmente ao nível da operação, dado que se verificou um aumento do número de horas de trabalho suplementar efetuado pelo pessoal tripulante em 3,29 p.p.

Tabela 22 – Trabalho suplementar

Ano	2022	2023
Horas (10 <sup>3</sup> )	218,0	332,0
Custo (10 <sup>3</sup> €uros)	2 749	4 296
<b>Taxa de Trabalho Suplementar</b>	<b>5,1%</b>	<b>7,6%</b>

#### 5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho (SST)

A promoção de um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável é o vetor que orienta a atividade dos serviços internos de Saúde e Segurança no Trabalho CARRIS.

Em 2023, das atividades concretizadas é de destacar a realização de visitas técnicas de avaliação das condições de trabalho, com a emissão dos respetivos relatórios, onde se identificaram riscos e posteriormente foram elaboradas medidas de prevenção, com indicação de melhorias a implementar, de forma a mitigar os respetivos riscos. No ano em análise, com o fim da Pandemia, foram retomadas as visitas técnicas, em conjunto com a Medicina e Enfermagem do Trabalho, de forma a dar cumprimento ao previsto, na legislação, em vigor, aplicável.

Em cumprimento do previsto na legislação em vigor sobre a Prevenção e Controlo da Legionella (Lei n.º 52/2018 de 20 de agosto, Portaria n.º 25/2021 de 29 de janeiro), foi implementado um Plano de Prevenção e Controlo da Legionella, sendo que a Área da Segurança no Trabalho passou a gerir o processo de realização de análises regulares laboratoriais às águas de todos os estabelecimentos CARRIS. Para o efeito, foi criada uma equipa dedicada à gestão e acompanhamento do processo.

No âmbito da Medicina Curativa mantiveram-se as consultas de clínica geral e especialidades - Urologia e Psiquiatria - bem como a consulta/tratamento de Osteopatia, com elevado impacto e procura na população da Empresa.

No ano em análise, a CARRIS facultou, ainda, consultas de nutrição na Empresa, com procura significativa por parte dos trabalhadores.

A campanha de vacinação contra a gripe manteve-se ativa com protocolo estabelecido com farmácia comunitária de forma a facilitar, também, a vacinação contra o COVID-19.

Em 2023 foi realizado o rastreio/campanha “maio mês saudável”, e dada continuidade aos rastreios de Prevenção do Cancro da Próstata e da Diabetes/HTA. É de destacar a campanha relativa ao rastreio do Cancro do Colorretal, com sessão de esclarecimento, na Empresa, por entidade especializada.

As consultas de Cessação Tabágica, com o apoio da especialidade de Psiquiatria, continuam a ser uma aposta da CARRIS, com um grau de sucesso considerável junto dos colaboradores.

Ao nível da Medicina do Trabalho, durante o ano de 2023, foram realizados os habituais exames de saúde, periódicos, ocasionais e os exames de admissão a todos os candidatos a integrar na Empresa. Importa referir que, em termos de volume de exames realizados aos trabalhadores, o ano em análise registou, como seria de esperar, menor quantidade de exames, comparando com os dois últimos anos, em que era obrigatório a realização de exames de regresso ao serviço (exames de retoma) para todos os trabalhadores que tivessem tido COVID-19.

#### 5.4.4. Sinistralidade Laboral

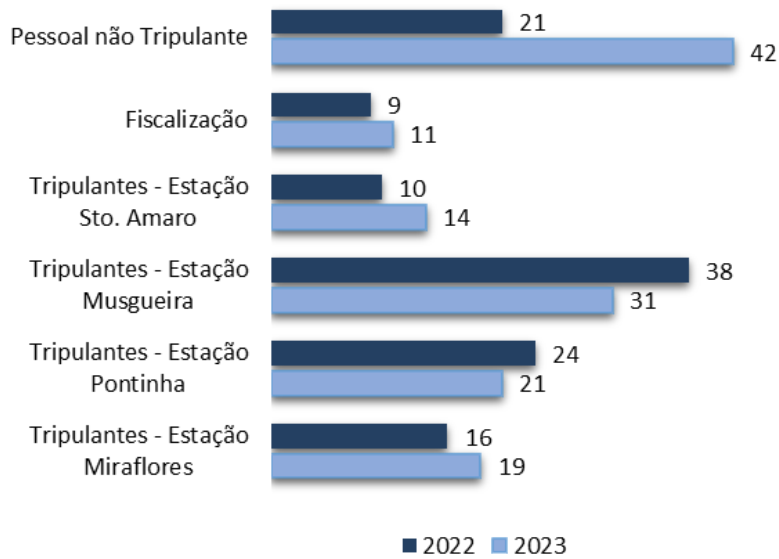
No que respeita à Sinistralidade Laboral, em 2023, observou-se um aumento no número total de acidentes de trabalho em comparação com 2022, apesar dos esforços desenvolvidos pela CARRIS para identificar, controlar, reduzir e/ou eliminar as condições perigosas e/ou os atos inseguros que originam os acidentes de trabalho.

A maioria dos acidentes de trabalho registados em 2023 envolveu tripulantes, totalizando 85 acidentes (62%), o que está alinhado com o facto de ser a maior população de trabalhadores na Empresa. No



entanto, houve também um aumento nos acidentes envolvendo trabalhadores das áreas oficiais e corporativas.

Gráfico 5 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais

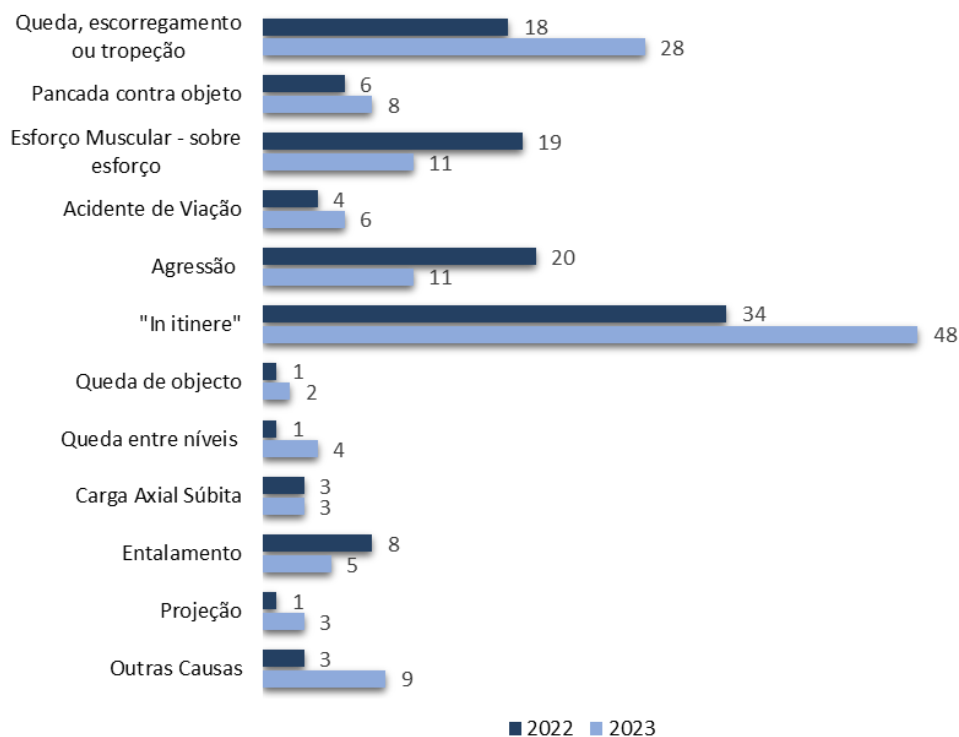


Os acidentes "*in itinere*" destacam-se como a principal causa de incidentes laborais na Empresa, totalizando 35%, seguido pelos ocorridos devido a quedas, escorregões ou tropeções (20%) e as agressões (8%).





Gráfico 6 – Tipologia dos Acidentes de Trabalho



#### 5.4.5. Saúde

A assistência clínica efetuada nos serviços de saúde internos da CARRIS abrange a Medicina Curativa, Consultas de Especialidade, Medicina do Trabalho e Serviços de Enfermagem.

Tabela 23 – Número de consultas realizadas, por tipo

Ano	2022	2023
Consultas Medicina Curativa	5 655	4 985
Consultas de Especialidades	1 501	1 220
Medicina no Trabalho - Trabalhadores	3 868	2 579
Medicina no Trabalho - Candidatos	185	310
<b>Total de consultas</b>	<b>11 209</b>	<b>9 094</b>

Conforme acima mencionado, a diminuição quantitativa, ao nível das consultas de Medicina do Trabalho, resulta da obrigatoriedade, da realização de exame de retoma de doença após baixa por COVID-19 a todos os trabalhadores. Por outro lado, verificou-se em 2023, um aumento significativo do número de exames médicos realizados a candidatos para a Empresa.

No que respeita à Medicina Curativa, verificou-se uma diminuição do número de consultas em 2023, que resultou da rotatividade de médicos, por pedido de cessação de prestações de serviços. A Área Clínica da CARRIS, gere um conjunto de protocolos com entidades externas de forma a assegurar assistência clínica em diferentes áreas, como por exemplo fisioterapia, fisioterapia, e outras consultas de especialidade médica (oftalmologia, dermatologia, otorrinolaringologista, cirurgia, ginecologia, neurologia, neurocirurgia, ortopedia e cardiologia).

A atividade dos serviços de Enfermagem, ao nível dos tratamentos registou um ligeiro aumento, por contrapartida da redução das consultas de Enfermagem do trabalho, o que está alinhado com a redução do número de exames de medicina do trabalho, associados às retomas de doença ao serviço, após COVID-19.

Tabela 24 – Número de exames/ consultas (MT)

Ano	2022	2023
Consultas de Enfermagem MT	4 053	2 889
Rastreios Diabetes	53	29
Rastreios HTA	347	441
Tratamentos (pensos, administração de medicação ...)	686	879
Outros	212	25
<b>Total de consultas</b>	<b>5 351</b>	<b>4 263</b>

#### 5.4.6. Comunicação interna

Ao longo do ano 2023, foram promovidas várias ações no âmbito da Comunicação Interna.

Para além de alguns desenvolvimentos e melhorias no portal *MyCarris* (a plataforma interna que reúne o acesso a diversas aplicações e aos conteúdos informativos da Empresa), a *newsletter* mensal “22C” tem vindo a ganhar cada vez mais importância junto dos trabalhadores, desde o seu lançamento em 2022.

O grande objetivo das iniciativas de Comunicação Interna passa por envolver e potenciar a proximidade entre os colaboradores, as áreas e as direções da CARRIS, e dar a conhecer, em primeira mão, as principais novidades da Empresa.



RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

**06** ANÁLISE  
ECONÓMICA  
E FINANCEIRA



## 6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 6.1. Conjuntura económica 2023

Em 2023 registou-se um abrandamento do crescimento económico, que retomou os níveis anteriores à pandemia COVID-19.

Assim, no ano 2023, o PIB português cresceu 2,3%<sup>3</sup>, o valor mais baixo dos últimos 3 anos, embora superior à taxa média de 0,5% registada na zona Euro. Com efeitos positivos para o transporte público, destaca-se o crescimento registado no setor do turismo, com um aumento superior a 10% nas dormidas.

É de salientar igualmente a inversão da tendência crescente de aumento dos preços registada desde 2021: o efeito conjugado da descida dos preços dos recursos energéticos e das medidas de política monetária de estabilização (aumento das taxas de juro) tomadas pelo BCE, permitiu reduzir a taxa de inflação, cujo valor médio anual se fixou em 4,3% (7,8% em 2022). As previsões para 2024 mantêm esta tendência de decréscimo, para valores inferiores a 3%, e progressiva estabilização da taxa de inflação.

O desempenho da CARRIS em 2023 reflete, por um lado, a consolidação da recuperação económica e, por outro, o investimento na melhoria do serviço e da atratividade do transporte público:

- Crescimento significativo (7,7%) da procura de transporte público,
- Recuperação dos rendimentos de serviço público, registando um aumento de cerca de 12% das receitas tarifárias<sup>4</sup>;
- Diminuição dos gastos com recursos energéticos – gás, eletricidade e gasóleo – refletindo a tendência geral de redução do preço destes fatores;
- Aumento expressivo do investimento no reforço e modernização da frota de serviço público.

---

<sup>3</sup> Síntese Económica da Conjuntura, INE

<sup>4</sup> Incluindo participações por reduções tarifárias.



## 6.2. Análise de resultados da empresa

Tabela 25 – Demonstração de Resultados (10<sup>3</sup>€)

unid 10<sup>3</sup> €

RENDIMENTOS E GASTOS	2022 Re-expresso	2023	Var.	
			Abs.	%
Vendas e Prestações de Serviços	108 641	121 630	12 989	12,0
Prestação de Serviço Público	107 414	120 121	12 707	11,8
Vendas e Prestação de Serviços - Outros	1 227	1 509	282	23,0
Compensações Serviço Público	45 289	48 520	3 231	7,1
Trabalhos para a própria entidade	188	276	89	47,4
Outros rendimentos	3 102	3 548	446	14,4
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>157 220</b>	<b>173 974</b>	<b>16 755</b>	<b>10,7</b>
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	-18 730	-17 632	1 097	-5,9
Fornecimentos e Serviços Externos	-36 183	-38 490	-2 306	6,4
Gastos com Pessoal	-80 178	-88 714	-8 536	10,6
Outros gastos	-994	-769	225	-22,7
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>-136 085</b>	<b>-145 605</b>	<b>-9 520</b>	<b>7,0</b>
<b>Resultado Operacional da Atividade Transporte (EBITDA)</b>	<b>21 134</b>	<b>28 369</b>	<b>7 235</b>	<b>34,2</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16 692	-19 963	-3 272	19,6
Indemnizações por rescisão	-119	-250	-131	110,1
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-30	16	46	-152,8
Aplicação do Método Equivalência Patrimonial	1 907	1 550	-357	-18,7
Provisões (aumentos/reduções)	-3 631	675	4 306	-118,6
Diferenças de câmbio	-1	0	1	-100,0
<b>Resultado Operacional</b>	<b>2 568</b>	<b>10 397</b>	<b>7 829</b>	<b>304,8</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	972	972	100,0
Juros e gastos similares suportados	-28	0	28	-99,8
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-28</b>	<b>972</b>	<b>1 000</b>	<b>-3 602,2</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 541</b>	<b>11 369</b>	<b>8 829</b>	<b>347,5</b>
Imposto sobre o rendimento	527	-1 876	-2 402	-456,2
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 067</b>	<b>9 494</b>	<b>6 426</b>	<b>209,5</b>

### 6.2.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido registado em 2023 ascendeu a 9,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 6,4 milhões de euros, relativamente a 2022.

Relevam essencialmente como fatores explicativos desta variação:

- I. Pela positiva, o aumento dos Rendimentos Operacionais (com particular destaque para a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços) e a variação das Provisões;
- II. E, pela negativa, o acréscimo dos Gastos Operacionais (com especial relevância dos Gastos com Pessoal e das Depreciações).



### 6.2.2. Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)

O EBITDA da atividade de transporte em 2023 ascendeu a 28,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 7,2 milhões de euros (34%) relativamente ao exercício anterior.

Para este resultado concorreram os seguintes fatores essenciais:

- i. Os Rendimentos Operacionais aumentaram 16,8 milhões de euros, devido à evolução das duas componentes principais: rendimentos de serviço público, que crescem 12,7 milhões euros, e compensações de serviço público, com um acréscimo de 3,2 milhões euros;
- ii. Os Gastos Operacionais aumentaram 7% (9,5 milhões de euros), devido ao crescimento dos Gastos com Pessoal (10,6%) e dos Fornecimentos e Serviços Externos (6,4%);
- iii. Os Gastos com Pessoal registaram um crescimento de 8,5 milhões de euros. Os principais motivos para esta variação são os seguintes: atualizações salariais, incluindo os resultados dos processos de avaliação de desempenho; o pagamento de valores resultante da alteração, por decisão judicial e orientação jurisprudencial, da fórmula de cálculo do valor das férias e subsídio de férias, e o aumento do trabalho extraordinário para garantir o cumprimento do plano de oferta, incluindo o complemento remuneratório e o serviço prestado na semana das JMJ;
- iv. Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 2,3 milhões de euros, essencialmente devido ao acréscimo dos gastos com manutenção das viaturas de serviço público (autocarros e elétricos) que, no conjunto, crescem 1,9 milhões de euros, o que representa 83% do acréscimo total desta conta.

### 6.2.3. Resultado operacional

O Resultado Operacional, no valor de 10,4 milhões de euros, regista um aumento de 7,8 milhões de euros relativamente ao resultado apurado em 2022. Para além do contributo dos fatores já mencionados nos pontos anteriores, destacam-se:

- i. O aumento, em 3,3 milhões de euros, dos gastos com Depreciações / Amortizações, decorrente do investimento realizado;
- ii. A redução das Provisões em 4,3 milhões de euros, essencialmente devido ao desfecho de processos judiciais em curso;
- iii. O reconhecimento, pelo método da equivalência patrimonial, dos resultados positivos da participada Carristur, no valor de 1,5 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 357 mil euros face a 2022.

### 6.2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro reflete essencialmente os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria na aquisição de Certificados Especiais de Dívida Pública de Curto Prazo (CEDIC) junto do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

### 6.3.Estrutura Patrimonial

Apresenta-se uma análise das principais variações nas rubricas do balanço face ao período homólogo.

Tabela 26 – Variação do Património (10<sup>3</sup>€)

Ano	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	121 605	156 457	34 852	28,7
Participações e Outros Ativos Financeiros	6 812	8 328	1 516	22,3
Ativos por impostos diferidos	737	451	-286	-38,8
Ativo Corrente - Inventários	1 885	2 148	263	14,0
Ativo Corrente - Valores a Receber	12 762	17 992	5 229	41,0
Ativo Corrente - Disponibilidades	67 159	58 007	-9 152	-13,6
<b>Total</b>	<b>210 960</b>	<b>243 383</b>	<b>32 423</b>	<b>15,4</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital Próprio	110 745	117 637	6 892	6,2
Provisões	5 561	4 836	-726	-13,0
Passivo não Corrente (Outro)	31 183	36 588	5 404	17,3
Passivo Corrente	63 470	84 322	20 852	32,9
<b>Total</b>	<b>210 960</b>	<b>243 383</b>	<b>32 423</b>	<b>15,4</b>

#### 6.3.1. Ativo

Em 2023, a CARRIS aumentou o seu Ativo em 32,4 milhões de euros, destacando-se as seguintes variações mais relevantes:

- O aumento do Ativo Não Corrente, em 36,1 milhões de euros, em resultado do:
  - I. Crescimento dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis, em cerca de 34,9 milhões de euros, traduzindo o investimento realizado no ano;
  - II. Aumento das Participações financeiras, em cerca de 1,5 milhões de euros, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da participada CARRISTUR (que integra também os resultados da CARRISBUS).
- O Ativo corrente diminuiu 3,7 milhões de euros, em resultado essencialmente das variações ocorridas nas seguintes rubricas:
  - i. Aumento do saldo de Outros Créditos a Receber, em 3,3 milhões de euros, relacionado com o reconhecimento de compensações tarifárias a receber;
  - ii. Acréscimo da rubrica Estado e outros entes públicos em 1 milhão de euros;
  - iii. Diminuição da Caixa e depósitos bancários em 9,2 milhões de euros.



### 6.3.2. Capital Próprio

O Capital Próprio regista uma variação positiva de 6,9 milhões de euros, explicada essencialmente pelos seguintes fatores:

- i. A variação negativa dos Resultados Transitados, no valor de 1,6 milhões de euros, decorre do efeito combinado, com sinais contrários, da transferência para Resultados Transitados do Resultado Líquido apurado em 2022 e dos Excedentes de Revalorização realizados (ambas com efeito positivo), bem como do reconhecimento das perdas atuariais, decorrentes da avaliação das responsabilidades da CARRIS com benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos, em 31 de dezembro de 2023 (com efeito negativo);
- ii. Variação positiva da rubrica Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio, em 2,2 milhões de euros em resultado da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que são reconhecidas as respetivas depreciações/amortizações dos ativos subsidiados;
- iii. Aumento do Resultado Líquido no período em análise, face a 31/12/2022, de 6,4 milhões de euros.

### 6.3.3. Passivo

Em 2023, o Passivo regista um aumento de 25,5 milhões de euros, que resulta essencialmente dos seguintes fatores:

- i. Acréscimo das Responsabilidades por Benefícios Pós-emprego em 5,4 milhões de euros;
- ii. Aumento da dívida a Fornecedores em 21 milhões de euros, em resultado do acréscimo significativo da faturação recebida no final do ano relacionada com a aquisição de frota nova, que apenas foi liquidada no início de 2024, tendo em consideração os prazos de pagamento estipulados;
- iii. Diminuição de Outras Dívidas a Pagar, em cerca de 1,1 milhões de euros;
- iv. Aumento das dívidas ao Estado e outros entes públicos em 1,5 milhões de euros, devido essencialmente ao reconhecimento da estimativa de imposto sobre o rendimento a liquidar pela empresa com referência a 2023.

## 6.4. Investimento Realizado

Em 2023, foi realizado um investimento de cerca de 54 milhões de euros, representando um aumento de 37,8 milhões de euros face ao ano anterior, sendo de salientar:

- A aquisição de 12 novos elétricos articulados, no valor de 32,291 milhões de euros;
- A aquisição de 24 autocarros articulados a GNC, no valor de 9 milhões de euros;
- A aquisição de 10 autocarros standard elétricos, no valor de 4 milhões de euros;



- Obras de melhoria nas instalações da Empresa, tendo em vista a adaptação às necessidades operacionais e administrativas da mesma e a melhoria das condições de trabalho, no valor de 3,025 milhões de euros;
- Grandes reparações na frota de elétricos, no valor de 0,840 milhões de euros;
- Melhorias nos sistemas informáticos, no valor de 0,464 milhões de euros.

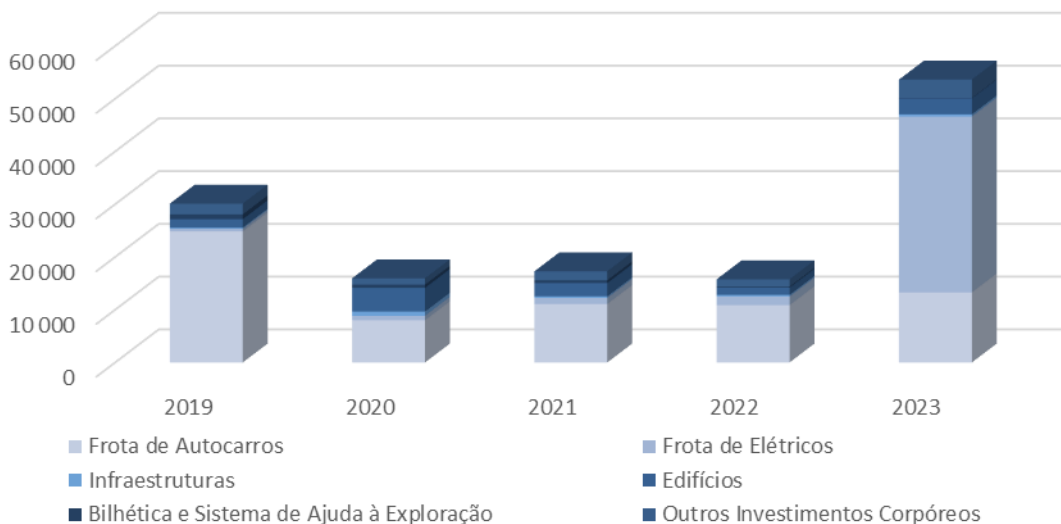
Tabela 27 – Investimentos (10<sup>3</sup>€)

Ano	2022	2023
<b>Frota de Autocarros</b>	10 859	13 281
Aquisições	10 568	13 118
Grandes Reparções	264	90
Outros	27	73
<b>Frota de Elétricos</b>	1 637	33 329
Aquisições	0	32 291
Grandes Reparções	1 490	840
Outros	147	198
<b>Infraestruturas</b>	308	418
Grandes Reparções de Linha e Rede Aérea	175	229
Outros	133	190
<b>Edifícios</b>	1 372	3 025
<b>Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração</b>	184	73
<b>Outros Investimentos Corpóreos</b>	1 413	3 493
<b>Total Investimentos não Financeiros</b>	<b>15 774</b>	<b>53 618</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>15 774</b>	<b>53 618</b>

O gráfico seguinte mostra a evolução do investimento total e por tipo de ativo nos últimos 5 anos, correspondendo a um considerável esforço financeiro da Empresa.



Gráfico 7 – Evolução Investimento (10<sup>3</sup>€)



O programa de renovação e aumento da frota de viaturas do serviço público irá manter-se nos próximos anos conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento 2024-2027 aprovado pelo acionista.

### 6.5.Fluxos Financeiros

As atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos, no valor de 27,5 milhões de euros, representando uma redução de 9 milhões de euros face ao ano transato, devido ao menor volume de compensações recebidas.

Por outro lado, regista-se um aumento significativo do exfluxo para pagamento do investimento realizado, parcialmente amortizado pelos rendimentos proveniente da aplicação dos excedentes de tesouraria (862 mil euros) e subsídios ao investimento (517 mil euros). As atividades de investimento geraram, assim, um *cash-flow* negativo de 36,6 milhões de euros.

Em consequência, as disponibilidades no final do exercício apresentam um decréscimo, face ao ano anterior, de 9,2 milhões euros.

Tabela 28 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (10<sup>3</sup>€)

Ano	2022	2023
<b>Fluxo das Atividades Operacionais</b>	36 634	27 451
Recebimentos	190 950	182 633
Pagamentos	154 316	155 182
<b>Fluxo das Atividades de Investimento</b>	-19 024	-36 603
Recebimentos	1 359	1 417
Pagamentos	20 383	38 019
<b>Fluxo das Atividades de Financiamento</b>	-28	0
Recebimentos	0	0
Pagamentos	28	0
<b>Varição de Caixa e seus equivalentes</b>	17 583	-9 152

## 6.6. Prazo Médio de Pagamentos

Desde 2017 que a CARRIS vem implementando um conjunto de procedimentos internos para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento, com o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 30 dias. As medidas adotadas permitiram melhorias significativas neste indicador.

No final do ano o indicador PMP, calculado nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, é de 39 dias. Verifica-se um acréscimo de 5 dias no Prazo Médio de Pagamentos, justificada pela concretização das entregas de um elevado número de novas viaturas de serviço público durante o mês de dezembro, aumentando de forma significativa o saldo em dívida a fornecedores de investimento.

Tabela 29 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2022	2023	Var.	
			Abs.	%
Prazo (dias)	34	39	5	15

---

RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

---

**07** GOVERNO  
SOCIETÁRIO





## 7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com os Princípios de Bom Governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2023, disponível para consulta no site da Empresa.



RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

**08** PROPOSTA  
DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS



## 8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f), do número 5, do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de **9.493.876,65€**, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29.º dos Estatutos da CARRIS.

RELATÓRIO  
E CONTAS

2023

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ANEXO





# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

# Relatório e Contas

## Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31/12/2022 (Reexpresso)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	155.064.272,61	120.501.306,92
Ativos intangíveis	8	1.392.987,37	1.103.496,45
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	6.767.962,01	5.217.939,89
Outros investimentos financeiros	11	1.559.860,86	1.593.741,37
Ativos por impostos diferidos	10	451.055,70	737.211,45
		<b>165.236.138,55</b>	<b>129.153.696,08</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	2.147.792,02	1.884.815,63
Clientes	13	3.384.418,94	2.544.663,90
Estado e outros entes públicos	17	4.662.556,54	3.587.214,06
Outros créditos a receber	13	9.944.612,95	6.630.272,39
Caixa e depósitos bancários	5	58.007.432,35	67.159.197,74
		<b>78.146.812,80</b>	<b>81.806.163,72</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>243.382.951,35</b>	<b>210.959.859,80</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	78.674.000,00	78.674.000,00
Resultados transitados	2.3, 14	(46.811.946,00)	(45.169.612,96)
Excedentes de revalorização	2.3, 14	40.827.051,32	40.955.330,04
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	2.3, 14	35.454.468,14	33.218.395,54
		<b>108.143.573,46</b>	<b>107.678.112,62</b>
Resultado líquido do período		9.493.876,65	3.066.905,78
		<b>117.637.450,11</b>	<b>110.745.018,40</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>117.637.450,11</b>	<b>110.745.018,40</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	4.835.953,90	5.561.498,07
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	24.215.031,53	18.803.084,38
Passivos por impostos diferidos	10	12.372.640,50	12.380.395,10
		<b>41.423.625,93</b>	<b>36.744.977,55</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	28.549.345,91	7.564.207,01
Estado e outros entes públicos	17	3.019.466,23	1.515.249,00
Outras dívidas a pagar	16	51.633.987,90	52.705.933,89
Diferimentos	18	1.119.075,27	1.684.473,95
		<b>84.321.875,31</b>	<b>63.469.863,85</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>125.745.501,24</b>	<b>100.214.841,40</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>243.382.951,35</b>	<b>210.959.859,80</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2023

**O Conselho de Administração**

**O Contabilista Certificado**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

## Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	2.3, 20	121.629.801,79	108.640.976,14
Subsídios à exploração	2.3, 20, 28	48.520.495,08	45.288.822,99
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.550.022,12	1.907.194,15
Trabalhos para a própria entidade		276.410,16	187.514,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(17.632.431,28)	(18.729.927,95)
Fornecimentos e serviços externos	21	(38.489.609,28)	(36.183.311,14)
Gastos com o pessoal	22	(88.963.654,90)	(80.297.041,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(37.562,20)	-
Provisões (aumentos/reduções)	15	675.470,52	(3.631.134,37)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		15.619,55	(30.304,41)
Outros rendimentos	24	3.547.601,69	3.102.217,73
Outros gastos	25	(731.770,41)	(995.329,94)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>30.360.392,84</b>	<b>19.259.676,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(19.963.099,58)	(16.691.574,25)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.397.293,26</b>	<b>2.568.101,79</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	972.325,30	-
Juros e gastos similares suportados	26	(42,98)	(27.762,41)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>11.369.575,58</b>	<b>2.540.339,38</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	(1.875.698,93)	526.566,40
<b>Resultado líquido do período</b>	14	<b>9.493.876,65</b>	<b>3.066.905,78</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

### O Conselho de Administração

### O Contabilista Certificado

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

## Relatório e Contas

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA

### DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		169.190.407,90	152.843.457,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		(137.842.059,94)	(126.201.445,65)
<b>Resultado bruto</b>		<b>31.348.347,96</b>	<b>26.642.011,35</b>
Outros rendimentos		9.092.421,43	6.606.865,25
Gastos de distribuição		(6.946.401,66)	(6.764.906,61)
Gastos administrativos		(13.400.605,51)	(13.006.057,82)
Outros gastos		(9.696.468,96)	(10.909.810,38)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.397.293,26</b>	<b>2.568.101,79</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	26	972.282,32	(27.762,41)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>11.369.575,58</b>	<b>2.540.339,38</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	(1.875.698,93)	526.566,40
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>9.493.876,65</b>	<b>3.066.905,78</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados Por Funções do período findo em 31 de dezembro de 2023

#### O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.<sup>a</sup> Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

#### O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2023**

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2023	2022
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		85.009.616,22	79.738.310,82
Compensações e outros subsídios:			
Compensações tarifárias		41.572.991,95	40.106.551,22
Compensações de Serviço Público (NT) *	28	46.203.815,74	54.196.014,99
Outros subsídios		1.654.063,97	7.057.677,11
Pagamentos a fornecedores		(69.624.212,68)	(70.219.548,10)
Pagamentos ao pessoal		(85.557.555,25)	(77.643.727,14)
Caixa gerada pelas operações		19.258.719,95	33.235.278,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.371.347,17	(6.452.762,42)
Outros recebimentos/pagamentos *	5	6.820.891,06	9.851.485,38
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		27.450.958,18	36.634.001,86
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(37.223.639,02)	(20.072.744,69)
Ativos intangíveis		(795.558,15)	(310.101,56)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		33.454,12	107.593,82
Subsídios ao investimento		517.073,82	1.215.264,65
Juros e rendimentos similares	26	862.334,99	30.173,62
Dividendos	24	3.653,65	6.256,25
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(36.602.680,59)	(19.023.557,91)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares	26	(42,98)	(27.762,41)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(42,98)	(27.762,41)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>			
		(9.151.765,39)	17.582.681,54
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
	5	67.159.197,74	49.576.516,20
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
	5	58.007.432,35	67.159.197,74

\* Nota: O montante de € 38,2 milhões, referente a pagamentos por conta efetuados pelo Município de Lisboa, que em 2022 tinha sido considerado em "Outros Recebimentos/Pagamentos" foi reclassificado para "Compensações de Serviço Público"

**O Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023**

**O Conselho de Administração**

**O Contabilista Certificado**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023**

DESCRIÇÃO	Notas	(Montantes expressos em euros)					Total do capital próprio
		Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023</b>	14	78.674.000,00	(45.169.612,96)	40.955.330,04	33.218.395,54	3.066.905,78	110.745.018,40
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14		1.153.756,95	1.202.083,58			1.202.083,58
Realização de excedentes de revalorização	2, 14			(1.153.756,95)			-
Subsídios e doações	14				484.355,34		484.355,34
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(3.589.936,90)	(176.605,35)			(3.589.936,90)
Ajustamentos por impostos diferidos	10		(388.785,71)		(132.555,90)		(697.946,96)
Aplicação dos resultados de 2022	14		3.066.905,78				
Resultados não atribuídos	9		(1.884.273,16)		1.884.273,16		
		-	(1.642.333,04)	(128.278,72)	2.236.072,60	(3.066.905,78)	(2.601.444,94)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						9.493.876,65	9.493.876,65
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						6.892.431,71	6.892.431,71
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023</b>		78.674.000,00	(46.811.946,00)	40.827.051,32	35.454.468,14	9.493.876,65	117.637.450,11

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2023

**O Conselho de Administração**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

**O Contabilista Certificado**

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022 (Reexpresso)**

DESCRIÇÃO	Notas	(Montantes expressos em euros)					
		Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	14	78.674.000,00	(77.590.862,64)	67.384.597,79	34.530.309,05	11.546.403,92	114.544.448,12
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14		27.774.217,67	1.714.527,03			1.714.527,03
Realização de excedentes de revalorização	2.3, 14			(27.774.217,67)	(1.602.716,23)		(1.602.716,23)
Subsídios e doações	14						-
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(6.271.825,53)	(369.577,11)	290.802,72		(6.271.825,53)
Ajustamentos por impostos diferidos	2.3, 10		(627.546,38)				(706.320,77)
Aplicação dos resultados de 2021	14		11.546.403,92			(11.546.403,92)	-
			32.421.249,68	(26.429.267,75)	(1.311.913,51)	(11.546.403,92)	(6.866.335,50)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
							3.066.905,78
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
							(3.799.429,72)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>		78.674.000,00	(45.169.612,96)	40.955.330,04	33.218.395,54	3.066.905,78	110.745.018,40

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de dezembro de 2022

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Vice-Presidentes: Dr.ª Ana Cristina Pereira Coelho

Erg.ª Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.ª Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.º Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

O Contabilista Certificado

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo



*Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.*

**Anexo às demonstrações financeiras**

**em 31 de dezembro de 2023**

## **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A «Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.» (adiante abreviadamente designada por CARRIS, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, conforme o contrato de concessão celebrado com o Município de Lisboa, em 14 de novembro de 2017, nos termos conjugados da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros outorgado pelo Estado Português à CARRIS, em 31 de dezembro de 1973, e do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, assinado em 20 de setembro de 2018.

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a CARRIS, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, do Estado para o Município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a CARRIS é enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e posteriores alterações a este diploma legal, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

A CARRIS é uma empresa municipal que integra o Grupo Município de Lisboa, seu acionista único. Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, a CARRIS encontra-se dispensada de preparar e divulgar contas consolidadas, por ser ela própria uma subsidiária e integrar as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas refletem as contas individuais da Empresa, sendo apresentadas em euros. Foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 07 de março de 2024. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Acionista em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.





## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

### 2.2 Derrogação das disposições do SNC

Com exceção dos aspetos referidos nos parágrafos seguintes, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram efetuadas outras derrogações às disposições previstas no SNC.

O contrato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) tem, na sua redação, características que resultam no seu enquadramento no âmbito de aplicação da IFRIC 12. Contudo, é entendimento do Conselho de Administração e dos assessores jurídicos da Carris que a substância do contrato, traduzida na intenção das partes aquando da celebração do mesmo, é a de um contrato de prestação de serviço público.

Adicionalmente, atendendo à referida substância do contrato, revela-se extremamente complexa a operacionalização da aplicação da IFRIC 12. Isto porque:

- (i) Não existe uma delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato;
- (ii) A Carris não constrói ou produz uma infraestrutura em concreto; essencialmente, adquire equipamentos para a prestação do serviço público;
- (iii) Os fluxos de caixa garantidos pelo mecanismo de Compensação das Obrigações de Serviço Público (COSP) não são claramente identificáveis e determináveis;
- (iv) O prazo do contrato é claramente desajustado face ao período que seria necessário para a recuperação do investimento.

Neste contexto, é entendimento do Conselho de Administração que a aplicação da IFRIC 12 não contribui para a apresentação de informação financeira útil para os utentes das demonstrações financeiras da CARRIS, porquanto não traduz a substância do contrato e implica a assunção de pressupostos e o exercício de julgamentos de elevada subjetividade e de pouco rigor cujo custo excede claramente os benefícios associados.

Desta forma, tendo em consideração o disposto no parágrafo 19 da IAS 1 (aplicação supletiva preconizada pelo ponto 1.4 do anexo ao Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, atendendo à omissão da NCRF 1) entendeu o Conselho de Administração ser mais apropriado proceder à derrogação da aplicação da IFRIC 12.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, é de seguida apresentado o efeito, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, resultante da aplicação da IFRIC 12.

<b>BALANÇO</b>			
	<b>2022</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>2022</b>
	<b>(tal como</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>(ajustado com a</b>
	<b>relatado)</b>		<b>IFRIC 12)</b>
AFT	120 501 307	(113 308 595)	7 192 712
Intangíveis	1 103 496		1 103 496
Participações financeiras	5 217 940		5 217 940
Outros investimentos financeiros	1 593 741		1 593 741
Outros créditos a receber	-	45 866 332	45 866 332
Ativos por impostos diferidos	737 212		737 212
	<u>129 153 696</u>	<u>(67 442 263)</u>	<u>61 711 433</u>
Inventários	1 884 816		1 884 816
Clientes	2 544 664		2 544 664
Estado e outros entes públicos	3 587 214		3 587 214
Outros créditos a receber	6 630 272	10 593 967	17 224 239
Caixa e depósitos bancários	67 159 198		67 159 198
	<u>81 806 164</u>	<u>10 593 967</u>	<u>92 400 131</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>210 959 860</u></u>	<u><u>(56 848 297)</u></u>	<u><u>154 111 563</u></u>
Capital subscrito	78 674 000		78 674 000
Resultados transitados	(72 648 820)	(7 678 831)	(80 327 651)
Excedentes de revalorização	68 729 548	(18 837 369)	49 892 179
Outras variações no capital próprio	32 923 384		32 923 384
Resultado líquido do período	3 066 906	(19 268 967)	(16 202 061)
<b>Total do capital próprio</b>	<u><u>110 745 018</u></u>	<u><u>(45 785 167)</u></u>	<u><u>64 959 851</u></u>
Provisões	5 561 498		5 561 498
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18 803 084		18 803 084
Passivos por impostos diferidos	12 380 395	(5 468 913)	6 911 482
	<u>36 744 977</u>	<u>(5 468 913)</u>	<u>31 276 064</u>
Fornecedores	7 564 207		7 564 207
Estado e outros entes públicos	1 515 249	(5 594 216)	(4 078 967)
Outras dívidas a pagar	52 705 934		52 705 934
Diferimentos	1 684 475		1 684 475
	<u>63 469 865</u>	<u>(5 594 216)</u>	<u>57 875 649</u>
<b>Total do passivo</b>	<u><u>100 214 842</u></u>	<u><u>(11 063 130)</u></u>	<u><u>89 151 712</u></u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<u><u>210 959 860</u></u>	<u><u>(56 848 296)</u></u>	<u><u>154 111 564</u></u>

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b>
--

	<b>2022</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>2022</b>
	<b>(tal como</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>(ajustado com a</b>
	<b>relatado)</b>	<b></b>	<b>IFRIC 12)</b>
Vendas e serviços prestados	103 999 056	(30 608 258)	73 390 798
Subsídios à exploração	49 930 742		49 930 742
Ganhos/perdas subsidiárias	1 907 194		1 907 194
Trabalhos para a própria entidade	187 514		187 514
CMVMC	(18 729 928)	(13 163 176)	(31 893 104)
Fornecimentos e serviços externos	(36 183 311)		(36 183 311)
Gastos com o pessoal	(80 297 041)		(80 297 041)
Provisões	(3 631 134)		(3 631 134)
Imparidade de investimentos não depreciables	(30 304)		(30 304)
Outros rendimentos	3 102 218		3 102 218
Outros gastos	(995 330)		(995 330)
<b>EBITDA</b>	<b>19 259 676</b>	<b>(43 771 434)</b>	<b>(24 511 758)</b>
Gastos de depreciações e amortizações	(16 691 574)	14 452 543	(2 239 031)
<b>EBIT</b>	<b>2 568 102</b>	<b>(29 318 891)</b>	<b>(26 750 789)</b>
Juros e rendimentos obtidos	-	4 455 708	4 455 708
Juros e gastos suportados	(27 763)		(27 763)
<b>RAI</b>	<b>2 540 339</b>	<b>(24 863 183)</b>	<b>(22 322 844)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	526 567	5 594 216	6 120 783
<b>Lucro/prejuízo</b>	<b>3 066 906</b>	<b>(19 268 967)</b>	<b>(16 202 061)</b>

<b>BALANÇO</b>			
	<b>2023</b>		<b>2023</b>
	<b>(tal como</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>(ajustado com a</b>
	<b>relatado)</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>IFRIC 12)</b>
AFT	155 064 273	(147 664 196)	7 400 076
Intangíveis	1 392 987		1 392 987
Participações financeiras	6 767 962		6 767 962
Outros investimentos financeiros	1 559 861		1 559 861
Outros créditos a receber	-	56 752 025	56 752 025
Ativos por impostos diferidos	451 056		451 056
	<u>165 236 139</u>	<u>(92 041 440)</u>	<u>74 323 967</u>
Inventários	2 147 792		2 147 792
Clientes	3 384 419		3 384 419
Estado e outros entes públicos	4 662 557		4 662 557
Outros créditos a receber	9 944 613	22 585 365	32 529 978
Caixa e depósitos bancários	58 007 432		58 007 432
	<u>78 146 813</u>	<u>23 714 633</u>	<u>100 732 178</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>243 382 951</u></u>	<u><u>(68 326 807)</u></u>	<u><u>175 056 145</u></u>
Capital subscrito	78 674 000		78 674 000
Resultados transitados	(46 811 946)	(26 947 798)	(73 759 744)
Excedentes de revalorização	40 827 051	(19 862 847)	20 964 204
Outras variações no capital próprio	35 454 468		35 454 468
Resultado líquido do período	9 493 877	10 414 610	19 908 487
<b>Total do capital próprio</b>	<u><u>117 637 450</u></u>	<u><u>(36 396 035)</u></u>	<u><u>81 241 415</u></u>
Provisões	4 835 954		4 835 954
Responsabilidades por benefícios pós-ε	24 215 032		24 215 032
Passivos por impostos diferidos	12 372 641	(5 645 518)	6 727 122
	<u>41 423 626</u>	<u>(5 645 518)</u>	<u>35 778 107</u>
Fornecedores	28 549 346		28 549 346
Estado e outros entes públicos	3 019 466	(2 570 620)	448 846
Outras dívidas a pagar	51 633 988	(23 714 633)	27 919 355
Diferimentos	1 119 075		1 119 075
	<u>84 321 875</u>	<u>(26 285 253)</u>	<u>58 036 623</u>
<b>Total do passivo</b>	<u><u>125 745 501</u></u>	<u><u>(31 930 771)</u></u>	<u><u>93 814 730</u></u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<u><u>243 382 951</u></u>	<u><u>(68 326 807)</u></u>	<u><u>175 056 145</u></u>

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</b>
--

	<b>2023</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>2023</b>
	<b>(tal como</b>	<b>IFRIC 12</b>	<b>(ajustado com a</b>
	<b>relatado)</b>		<b>IFRIC 12)</b>
Vendas e serviços prestados	121 629 802	42 136 016	163 765 817
Subsídios à exploração	48 520 495		48 520 495
Ganhos/perdas subsidiárias	1 550 022		1 550 022
Trabalhos para a própria entidade	276 410		276 410
CMVMC	(17 632 431)	(50 723 506)	(68 355 937)
Fornecimentos e serviços externos	(38 489 609)		(38 489 609)
Gastos com o pessoal	(88 963 655)		(88 963 655)
Imparidade de dívidas a receber	(37 562)		(37 562)
Provisões	675 471		675 471
Imparidade de investimentos não depreciables	15 620		15 620
Outros rendimentos	3 547 602		3 547 602
Outros gastos	(731 770)		(731 770)
<b>EBITDA</b>	<b>30 360 393</b>	<b>(8 587 490)</b>	<b>21 772 903</b>
Gastos de depreciações e amortizações	(19 963 100)	17 569 988	(2 393 112)
<b>EBIT</b>	<b>10 397 293</b>	<b>8 982 498</b>	<b>19 379 792</b>
Juros e rendimentos obtidos	972 325	4 455 708	5 428 033
Juros e gastos suportados	(43)		(43)
<b>RAI</b>	<b>11 369 576</b>	<b>13 438 206</b>	<b>24 807 782</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(1 875 699)	(3 023 596)	(4 899 295)
<b>Lucro/prejuízo</b>	<b>9 493 877</b>	<b>10 414 610</b>	<b>19 908 487</b>

Estes impactos foram determinados tendo por base os seguintes pressupostos principais:

- Os cálculos foram efetuados retrospectivamente, com referência a 1/1/2010, ano da adoção do SNC, apesar da IFRIC 12 ser aplicável a partir de 1/1/2008. Entendemos que o efeito desta situação é imaterial, decorrendo da dificuldade de mapeamento das contas de ativos fixos tangíveis antes e após a conversão para o SNC;
- Não havendo delimitação clara dos ativos abrangidos pelo contrato de concessão, assumiu-se que integrariam a concessão o equipamento básico, os terrenos e os edifícios;
- Pelo facto de, até novembro de 2017, não existir compensação pelas obrigações de serviço público, assumiu-se que, até essa data, o ativo da concessão correspondia a um ativo intangível. Consequentemente, na adoção inicial da IFRIC 12, a quantia estimada líquida dos ativos fixos tangíveis associados à concessão seria transferida para o referido ativo intangível;
- As revalorizações efetuadas nos ativos fixos tangíveis foram revertidas, uma vez que a IAS 38 não permite a revalorização de ativos intangíveis para os quais não existe um mercado ativo (é o caso

do intangível da concessão). De igual forma, a IFRS 9 não permite a revalorização de ativos financeiros;

- No exercício em que ocorreram, assume-se meio ano de amortização dos aumentos/diminuições do período do ativo intangível da concessão;
- Considera-se que, em novembro de 2017, a nova adenda ao contrato de concessão, ao introduzir a compensação por obrigações de serviço público, vem atribuir à CARRIS um direito contratual de receber dinheiro. A compensação das obrigações de serviço público assegura à CARRIS um fluxo de caixa positivo de 10,2 milhões de euros por ano. Esta alteração contratual leva a que a concessão deixasse de ter risco operacional para a CARRIS. Ou seja, a CML assegura à CARRIS o fluxo de caixa líquido referido independentemente do fluxo de clientes. Consequentemente, a totalidade do investimento da CARRIS no âmbito da concessão passaria a ser recuperada através de um ativo financeiro;
- Para os cálculos efetuados considerou-se uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de 5%, de acordo com o estipulado no contrato de concessão;
- O ativo financeiro foi, inicialmente, reconhecido pela quantia escriturada do intangível da concessão. Subsequentemente, foi aumentado pelos juros do período e pelo investimento líquido nos ativos afetos à concessão e reduzido pelos recebimentos;
- Os recebimentos do ativo financeiro foram revistos em cada data de relato, tendo sido estimados como sendo a anuidade de uma renda pelo prazo remanescente da concessão cujo valor atual, apurado com base numa taxa de desconto correspondente à TIR atrás referida, corresponde à quantia escriturada do ativo financeiro no final do período anterior;
- Assumiu-se que não existe imparidade do ativo, uma vez que a CML assegura sempre um fluxo de caixa positivo à CARRIS por via da compensação das obrigações de serviço público;
- De acordo com o Aditamento à segunda alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão, através de deliberação pelos Órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão encontra-se prorrogado por cinco anos. Isto é, até 31 de dezembro de 2028, tendo assim um prazo estimado de 5 anos;
- Não foi considerado o efeito fiscal dos ajustamentos para os anos anteriores a 2022, na medida em que as correspondentes declarações fiscais já se encontram entregues e liquidadas;
- Não estando previsto no contrato de concessão uma obrigação contratual de assegurar um determinado nível de investimento (CAPEX), assumiu-se que a CARRIS não tem qualquer obrigação nesse âmbito, pelo que não reconhece uma provisão para o efeito.

Alerta-se para o facto de as estimativas apresentadas comportarem um risco elevado de não traduzirem de forma fidedigna os impactos reais que teriam ocorrido, caso a IFRIC12 tivesse sido aplicada desde 1 de janeiro de 2008. De facto, os custos de determinação exaustiva e rigorosa de todos os impactos desde essa data, suplantam largamente os benefícios, especialmente tendo em consideração os motivos apresentados para a derrogação da respetiva aplicação anteriormente apresentados.

Por outro lado, importa ter presente que a alteração de política contabilística (adoção da IFRIC 12) desde 1 de janeiro de 2010 teria certamente impacto na determinação da compensação das obrigações de serviço público a suportar pelo Concedente, não sendo possível refletir rigorosamente na mesma os ajustamentos efetuados, até porque teriam de ter sido formalmente aceites pelo Concedente. A esse nível ressalva-se, no entanto, a obrigação contratual do concedente assegurar uma TIR de 5%, correspondente a um fluxo de caixa anual de cerca de €10,2 milhões de euros, garantindo desta forma a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro da CARRIS.

## 2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, tendo para o efeito a Empresa procedido à reexpressão de algumas rubricas das demonstrações financeiras com referência a 2022.

A Empresa alterou em 2023 o método de contabilização de algumas compensações devidas pela prática de tarifários bonificados, que passaram a ser incluídas em “Vendas e serviços prestados”. As demonstrações financeiras com referência a 2022 foram reexpressas no que respeita às rubricas de “Vendas e Serviços Prestados” e “Subsídios à Exploração”, de forma a garantir-se a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2023.

Também as rubricas de “Resultados Transitados” e “Excedentes de Revalorização” foram reexpressas em 2022, de forma refletirem a transferência para “Resultados Transitados” dos excedentes de revalorização realizados, operação que não foi assegurada no âmbito do encerramento de contas de 2022. Pretende-se, desta forma, garantir a comparabilidade com os valores reais de 2023 que incluem e refletem esta transferência.

Os efeitos na Demonstração dos resultados e no Balanço em 31 de dezembro de 2022, decorrentes das alterações acima mencionadas, foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2022	Ajustamentos	31 de dezembro de 2022 (reexpresso)
Demonstração dos Resultados:			
Vendas e serviços prestados	103.999.056,52	4.641.919,62	108.640.976,14
Subsídios à exploração	49.930.742,61	-4.641.919,62	45.288.822,99
Balanço:			
Resultados transitados	-72.648.819,51	27.479.206,55	-45.169.612,96
Excedentes de revalorização	68.729.547,71	-27.774.217,67	40.955.330,04
Ajustamentos/OVCP	32.923.384,42	295.011,12	33.218.395,54



### **3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

Não aplicável.

### **4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **4.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos do Aditamento à Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, celebrado em 20 de setembro de 2018, com a CML, não tendo o Concedente manifestado oposição à manutenção da concessão até 31 de dezembro de 2022, o prazo de concessão prorrogou-se por cinco anos, isto é, até 31 de dezembro de 2028.

Sem prejuízo deste período de vigência do Contrato de Concessão, o Órgão de Gestão considera que não está em causa a continuidade da empresa, tendo em consideração:

- A forte aposta do seu Acionista, a CML, no investimento já realizado e a realizar pela Empresa nos próximos anos, prevendo-se que atinja um valor de € 258,9 milhões entre 2024 e 2027. Tendo em consideração o valor do investimento e a vida económica dos bens, a recuperação do valor investido através do serviço público realizado só será possível com a prorrogação do prazo estabelecido;
- O inegável contributo da CARRIS para a mobilidade na cidade de Lisboa, resultado de uma atividade desenvolvida há mais de 150 anos, e em que esta se tem posicionado como um parceiro incondicional do seu Acionista na promoção de um sistema de transporte de superfície sustentável e que promova a utilização do serviço público, na cidade de Lisboa.





## 4.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

### 4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, S.A. com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de Revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de Revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico: Autocarros:	8 - 12
Via-Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

A Administração entende que o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em Excedentes de Revalorização é transferido para “Resultados Transitados”.

### 4.2.2 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, considerando-se habitualmente um período de vida útil de cinco anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.



### 4.2.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### 4.2.5 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

### 4.2.6 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de Inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.



#### 4.2.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

##### **(i) Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Assim, com exceção dos ativos ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação, e para os quais seja possível obter o seu justo valor, todos os instrumentos financeiros devem ser mensurados pelo custo ou custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

##### **a) Clientes e Outros Créditos a Receber**

Os saldos de Clientes e de Outros Créditos a Receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **b) Caixa e Depósitos Bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **c) Outros Investimentos Financeiros**

Os Outros Investimentos Financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

### **d) Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar**

Os saldos de Fornecedores e de Outras Dívidas a Pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

### **e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção de financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados. Em termos de impacto nos resultados da Empresa a adoção deste método não difere, de forma material, do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo ao longo do período de vida dos financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos Obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras Dívidas a Pagar”.

### **f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos**

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica “Outros Ativos Financeiros” ou na rubrica “Outros Passivos Financeiros”.

Os ativos financeiros incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

### **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “Ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **4.2.8 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.



Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos numa base sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

#### 1) Receita tarifária

Em abril de 2019 foi implementado um novo tarifário no sistema de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

A maior alteração tarifária dos últimos anos, os novos passes Navegante, representam uma redução significativa no preço e na quantidade de passes disponíveis na Área Metropolitana de Lisboa, criando um passe Navegante Metropolitano e 18 passes Navegante Municipal (um para cada município) com as respetivas modalidades, dois destes passes válidos na cidade de Lisboa, o Municipal Lisboa e o Metropolitano.

Nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado 2019 (Lei 71/2018), entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), e foi criado o Regulamento Metropolitano n.º 278-A/2019 das Regras Gerais para a Implementação do Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa (AML), publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 61, de 27 de março de 2019, colocando à disposição das autoridades de transportes, por via das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, financiamento para concretização da redução das tarifas dos transportes públicos, através do PART.

Atualmente a receita tarifária da CARRIS é reconhecida do seguinte modo:

1. Tarifas de Bordo e Passes Navegante Municipal e Metropolitano: a receita da venda é apropriada integralmente pela CARRIS, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização;
2. Viagens Ocasionalis/Zapping e Passes Interempresas: títulos combinados com outros Operadores. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada Operador, ou de acordo com as quotas definidas nos protocolos estabelecidos para a sua constituição, sendo o rédito reconhecido após repartição.

Com o programa PART, o processo de apuramento mensal do rédito obedece ao seguinte modelo:

- A AML paga aos Operadores compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com o modelo definido no Regulamento 278-A/2019, que garante a

manutenção do equilíbrio financeiro dos Operadores, assegurando que não têm perda de receita face a um valor de referência pré-estabelecido;

- O modelo define igualmente regras para distribuição dos benefícios resultantes de um acréscimo (upside) da receita global do sistema de transportes da AML, decorrente de um aumento sustentado da utilização do transporte público, favorecendo os Operadores com maior crescimento de procura;
- A comunicação dos pagamentos por conta mensais e respetivos pagamentos é realizada pela Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas nos termos do Contrato Administrativo de Delegação e Subdelegação de Competências entre a AML e a TML, de 3 de março de 2021. Estes montantes são estimativas, que são revistas e ajustadas com base nas vendas reais;
- O cálculo do valor definitivo das compensações de cada Operador, tendo em conta o montante total real das vendas e validações realizadas no conjunto dos Operadores da AML, deverá ser efetuado no primeiro trimestre do ano seguinte.

Em abril de 2020, após ser decretado o primeiro estado de emergência em Portugal devido à pandemia Covid-19, o Governo fez publicar o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, estabelecendo que, durante o 2.º trimestre de 2020, fossem mobilizadas as verbas orçamentadas do PART, Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP) e das compensações dos passes 4\_18@escola.tp, sub23@superior.tp e passe Social+ para as autoridades de transporte remunerarem os Operadores pela manutenção de serviços de transportes mínimos essenciais.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 39-A/2020, os apoios concedidos no âmbito do programa PART foram desdobrados em duas parcelas:

- Uma “parcela fixa”, correspondente aos pagamentos por conta previstos no programa PART mantendo o referencial histórico de 2019;
- Uma “parcela variável”, para permitir que os Operadores atinjam 90% (ou 100%) da sua receita habitual, por forma a garantir níveis de oferta compatíveis com as condições de segurança sanitária definidas, contando para o efeito com o reforço de verbas inscritas no Orçamento de Estado 2020, na sua versão da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

Considerando que estas transferências visam propósitos diferentes, a compensação da perda de receita resultante de uma nova política tarifária (“parcela fixa”) é registada numa conta de rédito, e o financiamento da manutenção dos níveis de oferta em contexto de pandemia (“parcela variável”) é contabilizado numa conta de subsídios à exploração, regra que se manteve até ao termo deste apoio suplementar que ocorreu no final do 1.º semestre de 2022.

O Decreto-Lei n.º 14-C/2020 introduziu ainda o conceito de “Receita de Referência”, correspondente à soma da receita de bilheteira (vendas) com as compensações relativas a passes de tarifa bonificada e os apoios PART, parcela fixa e parcela variável.





Considerando que, em 2022, a retoma da procura de transporte público ainda se encontrava afetada pelos efeitos da pandemia, o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 14-C/2020, prorrogando o prazo de vigência do mecanismo que permite compensar a redução da procura e do pagamento de indemnizações compensatórias até 31 de dezembro de 2022, para minimizar os impactos da pandemia e garantir a manutenção das condições de funcionamento dos serviços de transporte público.

Neste contexto, a parcela fixa do PART foi calculada tendo por base a proporção de verbas que competiu a cada Operador nos pagamentos de 2019 aplicada ao PART disponível para 2022; o valor da parcela variável corresponde, por seu lado, ao montante necessário para a CARRIS atingir a Receita de Referência, calculada nos termos do DL n.º 14-C/2020.

No 2.º semestre de 2022, a receita de bilheteira da CARRIS recuperou significativamente, tornando desnecessário o pagamento da parcela PART variável.

No 2.º semestre de 2022, o Município de Lisboa implementou a **gratuidade** dos transportes públicos para os seguintes grupos com domicílio fiscal na cidade: estudantes com idades entre os 13 e os 23 anos, e população com mais de 65 anos.

Para implementação do transporte coletivo gratuito, o Município estabeleceu um Acordo com a TML, entidade a quem compete assegurar a correta implementação e operacionalização das medidas de gratuidade, comunicar e efetuar os pagamentos das compensações devidas aos Operadores:

- **Gratuidade aos estudantes:** o processo de adesão iniciou-se em agosto de 2022 e os carregamentos iniciaram-se em setembro do mesmo ano. Abrange as redes da CARRIS, Metro, CP e Fertagus em que seja válido o passe Navegante Municipal Lisboa (modalidade 4\_8/sub23 escalões A e B);
- **Gratuidade +65 anos:** a adesão iniciou-se em julho e os carregamentos em agosto de 2022; Abrange as redes da CARRIS, Metro e CP em que seja válido o passe Navegante Urbano 3ª Idade.

A compensação aos Operadores é paga pelo Município através da TML, sendo o cálculo efetuado com base nos carregamentos mensais desde que tenham o registo de, pelo menos, uma validação mensal.

Nos termos do Acordo da Gratuidade, nos primeiros três meses os operadores foram compensados por um valor fixo; contudo, as compensações comunicadas pela TML têm por base os carregamentos reais registados nos meses de agosto a dezembro de 2022, sendo estes os montantes que foram contabilizados como rédito. Os valores fixos que foram pagos foram contabilizados como valores a acertar no termo do Acordo de Gratuidade.



## 2) Compensações de Serviço Público

O contrato de Concessão celebrado entre o Município e a CARRIS estipula, no n.º 1 da cláusula 22 do Aditamento, a atribuição de compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações de serviço público, correspondente “ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da CARRIS”. Para o cálculo deste valor são comparados os custos e as receitas da CARRIS numa situação de cumprimento das Obrigações de Serviço Público com os custos e receitas em condições normais de mercado, abrangendo a realização do serviço de transporte em carreiras e horários que não seriam rentáveis em termos comerciais, bem como a prática de tarifários reduzidos para grupos etários ou sociais desfavorecidos.

Anualmente, o Município de Lisboa realiza dois pagamentos por conta das Compensações de Serviço Público a apurar relativamente a esse mesmo ano. Conforme dispõe a cláusula 23.1 da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, estes pagamentos por conta devem efetuar-se no início de fevereiro e julho de cada ano.

Até ao dia 30 de março de cada ano, a CARRIS calcula e informa o Acionista dos valores das compensações devidas pelo cumprimento das obrigações no ano anterior as quais, de acordo com o modelo financeiro estabelecido, deverão proporcionar uma taxa interna de rentabilidade (TIR) dos capitais próprios de 5%, nos termos das cláusulas 22.6 e 22.7 da Segunda Alteração e Aditamento ao contrato de Concessão. Após receber esta informação, o Município dispõe de 30 dias para se pronunciar sobre os montantes propostos pela CARRIS e, havendo desacordo, segue-se um período de cinco dias para a conciliação de valores.

No exercício de 2023, a CARRIS reconheceu como rédito as compensações de serviço público relativas a 2022, calculadas e comunicadas nos termos previstos contratualmente. A CARRIS reconheceu também como rédito em 2023 uma estimativa da componente de compensações tarifárias decorrentes da prática de tarifas bonificadas pela CML para determinados grupos da população, calculada com base nos perfis de utilizadores e vendas de passes para os segmentos alvo.

### 4.2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

A Empresa apenas reconhece ativos por impostos diferidos quando tem um elevado grau de certeza de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro. Assim, tendo em consideração o prescrito na Estrutura Conceptual do SNC, de que apenas deve ser reconhecido um ativo quando existir a certeza de vir a ocorrer um benefício económico futuro para a entidade, e, mantendo a consistência do que tem vindo a ser a política contabilística seguida, a Empresa optou por não reconhecer ativos por impostos diferidos, relacionados com responsabilidades de benefícios pós-emprego, por não possuir garantia de vir a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos referidos gastos na obtenção de um benefício económico futuro (poupança fiscal).

### 4.2.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação, podendo originar aumento ou diminuição do valor das provisões, por contrapartida dos resultados do período.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos (benefícios económicos) não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



#### 4.2.12 Benefícios pós-emprego

##### **Plano de benefícios definidos**

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de Resultados Transitados.

#### 4.2.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

#### 4.2.14 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.2.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



### 4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer factos e circunstâncias, em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas, conduzindo à sua revisão, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das estimativas efetuadas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes;*
- c) Constituição de Provisões;*
- d) Responsabilidades com benefícios de reforma.*



## 5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus Equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de curto prazo.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” é constituída pelos seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Numerário	9.929,82	16.503,77
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.997.502,53	27.142.693,97
Outras aplicações (CEDIC)	47.000.000,00	40.000.000,00
	<u>58.007.432,35</u>	<u>67.159.197,74</u>

Os montantes totais incluídos em “Outras Aplicações” referem-se a aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor reconhecido na demonstração de fluxos de caixa em “Outros recebimentos/pagamentos” inclui o montante de € 5,7 milhões referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do período.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### 2023

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	38.220.622,64	151.377.663,41	265.929.749,42	2.334.728,50	9.468.361,89	18.336.980,81	3.760.297,14	489.428.403,81
Aquisições	-	1.032.437,85	47.533.431,98	94.100,00	457.921,60	1.797.167,58	2.526.087,86	53.441.146,87
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-9.673,53	-	-	-57.633,29
Transferências	-	1.127.118,89	1.031.632,41	-	62.267,38	167.592,30	-2.811.670,98	-423.060,00
Abates	-	-	-2.195.886,65	-	-324.537,80	-	-	-2.520.424,45
Revalorizações	1.300,00	1.200.783,58	-	-	-	-	-	1.202.083,58
<b>Saldo</b>	<b>38.221.922,64</b>	<b>154.738.003,73</b>	<b>312.267.962,02</b>	<b>2.411.833,88</b>	<b>9.654.339,54</b>	<b>20.301.740,69</b>	<b>3.474.714,02</b>	<b>541.070.516,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo Inicial	-	129.977.042,22	212.242.397,94	1.868.662,18	8.135.618,00	16.703.376,55	-	368.927.096,89
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.451.149,58	15.118.838,50	199.492,02	829.193,73	1.053.923,02	-	19.652.596,85
Alienações	-	-	-30.965,14	-16.994,62	-8.084,21	-	-	-56.043,97
Abates	-	-	-2.194.771,03	-	-322.634,83	-	-	-2.517.405,86
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>132.428.191,80</b>	<b>225.135.500,27</b>	<b>2.051.159,58</b>	<b>8.634.092,69</b>	<b>17.757.299,57</b>	<b>-</b>	<b>386.006.243,91</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>38.221.922,64</b>	<b>22.309.811,93</b>	<b>87.132.461,75</b>	<b>360.674,30</b>	<b>1.020.246,85</b>	<b>2.544.441,12</b>	<b>3.474.714,02</b>	<b>155.064.272,61</b>

### 2022

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	38.042.922,64	148.981.411,20	262.716.480,04	2.156.038,35	8.365.350,34	17.868.426,30	3.334.371,86	481.465.000,73
Aquisições	-	555.298,30	11.834.990,16	132.519,06	676.850,55	92.397,76	2.149.977,19	15.442.033,02
Alienações	-	-	-	-	-12.670,03	-	-	-12.670,03
Transferências	-	307.099,40	436.714,90	46.171,09	502.237,36	410.766,16	-1.724.051,91	-21.063,00
Abates	-	-2.972,52	-9.058.435,68	-	-63.406,33	-34.609,41	-	-9.159.423,94
Revalorizações	177.700,00	1.536.827,03	-	-	-	-	-	1.714.527,03
<b>Saldo</b>	<b>38.220.622,64</b>	<b>151.377.663,41</b>	<b>265.929.749,42</b>	<b>2.334.728,50</b>	<b>9.468.361,89</b>	<b>18.336.980,81</b>	<b>3.760.297,14</b>	<b>489.428.403,81</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo Inicial	-	127.850.577,56	209.006.800,56	1.657.024,26	7.442.078,46	16.003.204,04	-	361.959.684,88
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	2.129.437,18	12.323.106,25	211.637,92	764.549,83	700.424,11	-	16.129.155,29
Alienações	-	-	-	-	-9.127,19	-	-	-9.127,19
Transferências	-	-	-34.357,81	-	-	34.357,81	-	-
Abates	-	-2.972,52	-9.053.151,06	-	-61.883,10	-34.609,41	-	-9.152.616,09
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>129.977.042,22</b>	<b>212.242.397,94</b>	<b>1.868.662,18</b>	<b>8.135.618,00</b>	<b>16.703.376,55</b>	<b>-</b>	<b>368.927.096,89</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>38.220.622,64</b>	<b>21.400.621,19</b>	<b>53.687.351,48</b>	<b>466.066,32</b>	<b>1.332.743,89</b>	<b>1.633.604,26</b>	<b>3.760.297,14</b>	<b>120.501.306,92</b>

As aquisições registadas na rubrica de “Equipamento Básico”, em 31 de dezembro de 2023, respeitam essencialmente a aquisições de novos elétricos e autocarros e a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

O equipamento administrativo em poder de terceiros à data de 31 de dezembro de 2023 tem o valor líquido contabilístico de € 106,65 (€ 1.220,48 em 2022) e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 1.414.718,78 (€ 937.672,58 em 2022) e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e na Alta de Lisboa.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 19.652.596,85 (Nota 23) (€ 16.129.155,29 em 2022), foram registadas nas seguintes rubricas:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Edifícios e Outras Construções	2.451.149,58	2.129.437,18
Equipamento Básico	15.118.838,50	12.323.106,25
Equipamento Transporte	199.492,02	211.637,92
Equipamento Administrativo	829.193,73	764.549,83
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.053.923,02	700.424,11
	<u>19.652.596,85</u>	<u>16.129.155,29</u>



O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2023 e 2022, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	<b>2023</b>		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.341.706,22	38.221.922,64
Edifícios e Outras Construções	7.518.160,91	14.791.651,02	22.309.811,93
Equipamento Básico	87.102.388,18	30.073,57	87.132.461,75
Equipamento Transporte	360.674,30	-	360.674,30
Equipamento Administrativo	1.020.246,85	-	1.020.246,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.544.441,12	-	2.544.441,12
	<b>100.426.127,78</b>	<b>51.163.430,81</b>	<b>151.589.558,59</b>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2023.

	<b>2022</b>		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (b)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	36.340.406,22	38.220.622,64
Edifícios e Outras Construções	6.367.833,92	15.032.787,27	21.400.621,19
Equipamento Básico	53.628.524,94	58.826,54	53.687.351,48
Equipamento Transporte	466.066,32	-	466.066,32
Equipamento Administrativo	1.332.743,89	-	1.332.743,89
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.633.604,26	-	1.633.604,26
	<b>65.308.989,75</b>	<b>51.432.020,03</b>	<b>116.741.009,78</b>

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2022.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos períodos.

## 7. LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2023	2022
Até 1 ano	98.221,38	89.196,67
Entre 1 ano e 5 anos	13.419,93	19.838,15
	<u>111.641,31</u>	<u>109.034,82</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2023	2022
Pagamentos mínimos	163.528,80	154.197,56

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<b>2023</b>		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	10.855.202,77	969.655,32	11.824.858,09
Aquisições	146.365,24	30.568,41	176.933,65
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	423.060,00	-	423.060,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>11.424.628,01</b>	<b>1.000.223,73</b>	<b>12.424.851,74</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	10.721.361,64	-	10.721.361,64
Amortizações do período (Nota 23)	310.502,73	-	310.502,73
Abates	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>11.031.864,37</b>	<b>-</b>	<b>11.031.864,37</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>392.763,64</b>	<b>1.000.223,73</b>	<b>1.392.987,37</b>

	<b>2022</b>		
	Programas de computador	Ativos Intangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo Inicial	10.815.762,27	656.157,73	11.471.920,00
Aquisições	18.377,50	313.497,59	331.875,09
Alienações	-	-	-
Transferências e outras reclassificações	21.063,00	-	21.063,00
Abates	-	-	-
Revalorizações	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>10.855.202,77</b>	<b>969.655,32</b>	<b>11.824.858,09</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>			
Saldo Inicial	10.158.942,68	-	10.158.942,68
Amortizações do período (Nota 23)	562.418,96	-	562.418,96
Abates	-	-	-
<b>Saldo</b>	<b>10.721.361,64</b>	<b>-</b>	<b>10.721.361,64</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>133.841,13</b>	<b>969.655,32</b>	<b>1.103.496,45</b>

## 9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica “Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial” foi o seguinte:

	2023	2022
<b>Participações financeiras</b>		
Saldo inicial	5.217.939,89	3.399.666,46
Variação - Método de equivalência patrimonial	1.550.022,12	1.884.273,16
Liquidação da Otlis, ACE	-	-65.999,73
Saldo final	<u>6.767.962,01</u>	<u>5.217.939,89</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

		2023							
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur (a)	Lisboa	9.876.789,00	3.108.826,99	6.767.962,01	13.917.245,51	1.517.207,48	100,00	6.767.962,01	1.550.022,12
<b>Empresas associadas:</b>									
Publicarris - Publicidade na CCFL (a)	Amadora	2.283.665,00	3.005.180,00	-721.515,00	1.521.002,00	35.521,00	45,00	-	-
								<u>6.767.962,01</u>	<u>1.550.022,12</u>

(a) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2023.

		2022							
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no Resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur (b)	Lisboa	7.655.968,59	2.438.028,70	5.217.939,89	12.182.732,57	1.884.273,16	100,00	5.217.939,89	1.884.273,16
<b>Empresas associadas:</b>									
Publicarris - Publicidade na CCFL (b)	Amadora	2.064.737,00	2.707.850,00	-643.113,00	1.581.023,00	147.610,00	45,00	-	-
								<u>5.217.939,89</u>	<u>1.884.273,16 (c)</u>

(b) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2022.

(c) Na demonstração de resultados encontram-se registados rendimentos no valor de € 1.907.194,15 (e não € 1.884.273,16) devido à contabilização de despesas com a liquidação da OTLIS no montante de € 22.920,99.



## 10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se verificarem prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável.

A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.295.244,74	832.813,59
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-316.915,85	-289.633,28
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-388.785,71	-332.535,26
Impostos diferidos decorrentes de provisões	286.155,75	-737.211,45
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>1.875.698,93</b>	<b>-526.566,40</b>

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado antes de impostos	11.369.575,58	2.394.500,17
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	2.558.154,51	538.762,54
Tributações autónomas	11.505,53	14.372,39
Diferenças permanentes	-530.095,16	223.097,34
Derrama Estadual	255.679,86	56.581,32
Diferenças temporárias:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (depreciação)	-316.915,85	-289.633,28
Impostos diferidos decorrentes de subsídios ao investimento	-388.785,71	-332.535,26
Impostos diferidos decorrentes de provisões	286.155,75	-737.211,45
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>1.875.698,93</u>	<u>-526.566,40</u>

### Impostos diferidos

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2023, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objetos de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2023	2022
Saldo inicial	12.380.395,10	12.296.242,87
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-307.592,16	-279.935,44
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-9.323,69	-9.697,84
Subsídios ao investimento	-388.785,71	-332.535,26
	<u>-705.701,56</u>	<u>-622.168,54</u>
Efeito em reservas e capital próprio:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	176.605,35	369.577,11
Subsídios ao investimento	521.341,61	336.743,66
	<u>697.946,96</u>	<u>706.320,77</u>
Saldo final	<u>12.372.640,50</u>	<u>12.380.395,10</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se constituídos ativos por impostos diferidos no montante de € 451.055,70 (€ 737.211,45 em 2022) em resultado do registo de provisão para atender às responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias, relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (Nota 15).



## 11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Outros Investimentos Financeiros” apresentava a seguinte composição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	417.967,78	717.522,76
Títulos da dívida pública em carteira	11.879,23	11.879,23
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	792.720,23	549.876,80
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	<u>-54.666,71</u>	<u>-70.286,26</u>
	1.167.900,53	1.208.992,53
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	376.960,33	369.748,84
Participações financeiras – método do custo	<u>15.000,00</u>	<u>15.000,00</u>
	<u>1.559.860,86</u>	<u>1.593.741,37</u>

Em 2023, o montante de € 1.167.900,53 (€ 1.208.992,53 em 2022) respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi auto-seguradora, até 8 de janeiro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de € 15.000,00 em “Participações financeiras” refere-se à participação na Empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.



## 12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	72.265,08	-	72.265,08	72.116,14	-	72.116,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.093.619,92	18.092,98	2.075.526,94	1.830.792,47	18.092,98	1.812.699,49
	<u>2.165.885,00</u>	<u>18.092,98</u>	<u>2.147.792,02</u>	<u>1.902.908,61</u>	<u>18.092,98</u>	<u>1.884.815,63</u>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

	2023		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Compras	13.019,58	17.929.802,29	17.942.821,87
Regularizações	-961,19	-46.453,01	-47.414,20
Saldo final	<u>72.265,08</u>	<u>2.093.619,92</u>	<u>2.165.885,00</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>11.909,45</u>	<u>17.620.521,83</u>	<u>17.632.431,28</u>



	2022		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	67.859,90	1.387.925,75	1.455.785,65
Compras	11.031,36	19.165.436,69	19.176.468,05
Regularizações	662,00	-79,14	582,86
Saldo final	72.116,14	1.830.792,47	1.902.908,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.437,12	18.722.490,83	18.729.927,95

### Perdas por imparidade

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se registadas perdas por imparidade acumuladas de inventários no montante de € 18.092,98.

## 13. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	3.384.418,94	-	3.384.418,94	2.544.663,90	-	2.544.663,90
Outros créditos a receber	10.028.687,24	84.074,29	9.944.612,95	6.689.437,22	59.164,83	6.630.272,39
	13.413.106,18	84.074,29	13.329.031,89	9.234.101,12	59.164,83	9.174.936,29



A rubrica “Outros Créditos a Receber”, à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, inclui as seguintes verbas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compensações PART	1.877.489,92	1.678.016,26
Operadores de transportes	3.309.583,90	2.100.979,11
Vendas de dezembro	656.258,11	1.375.689,21
Subsídios por receber	2.545.084,92	466.773,59
Outros	1.640.270,39	1.067.979,05
	<u>10.028.687,24</u>	<u>6.689.437,22</u>

A rubrica de “subsídios por receber” em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 745.084,92 referente à compensação atribuída pela disponibilização do Passe de Antigo Combatente (€ 466.773,59 em 2022) e o valor de € 1.800.000,00 referente a uma verba do POSEUR a receber em 2024.

## 14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2023 o Capital subscrito e realizado da Empresa corresponde a 15.734.800 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 5,00 cada, sendo detido a 100% pelo Município de Lisboa.

Por deliberação do seu Acionista, datada de 28 de abril de 2023, o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de € 3.066.905,78 foi transferido para Resultados Transitados.

**Excedentes de Revalorização:**

O movimento na rubrica de “Excedentes de Revalorização” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
<b>Saldo no início do período (reexpresso)</b>	40.955.330,04
Revalorizações do período (Nota 6)	1.202.083,58
Realização de reservas	-1.153.756,95
Impostos diferidos (Nota 10)	-176.605,35
<b>Saldo no final do período</b>	<b>40.827.051,32</b>

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2023 foram aumentadas em € 103.596,52. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Em 2023 a Empresa transferiu para Resultados Transitados os valores de excedentes de revalorização realizados. Para garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras, tal como referido na Nota 2.3, a Empresa procedeu à reexpressão dos valores de constantes nas rubricas de “Excedentes de Revalorização” e Resultados Transitados” com referência a 2022.

**Subsídios do Governo:**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, na rubrica de “Outras variações no capital próprio”, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa registou os valores relacionados com subsídios:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído no ano	2.317.073,82	-
Rédito do período	<u>-1.832.718,48</u>	<u>-1.602.716,23</u>
	484.355,34	-1.602.716,23
Impostos diferidos	<u>-132.555,90</u>	<u>290.802,72</u>
Variação no Capital Próprio	<u>351.799,44</u>	<u>-1.311.913,51</u>

**Distribuição de dividendos:**

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do Capital Próprio, incluindo os da sua aplicação através do Resultado Líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.



## 15. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.056.048,95	1.172.170,22	480.061,25	50.073,65	1.698.084,27
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	648.220,84	-	56.282,72	-	591.938,12
Outras provisões	3.857.228,28	876.132,90	2.187.429,67	-	2.545.931,51
	<b>5.561.498,07</b>	<b>2.048.303,12</b>	<b>2.723.773,64</b>	<b>50.073,65</b>	<b>4.835.953,90</b>

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	539.626,96	678.236,11	161.814,12	-	1.056.048,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	670.981,22	-	22.760,38	-	648.220,84
Outras provisões	719.755,52	3.276.495,34	139.022,58	-	3.857.228,28
	<b>1.930.363,70</b>	<b>3.954.731,45</b>	<b>323.597,08</b>	<b>-</b>	<b>5.561.498,07</b>

As variações registadas, em 2023, na rubrica de Provisões decorrem essencialmente:

- Da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso (que originou um aumento do saldo das Provisões constituídas para processos judiciais em curso na ordem dos € 0,6 milhões);
- Da avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, de que a Empresa foi autosseguradora até 8 de janeiro de 1999 (que originou uma diminuição das provisões constituídas para acidentes de trabalho e doenças profissionais na ordem dos € 56 milhares);
- Da necessidade de provisionar outras contingências, nomeadamente decorrentes de sinistros rodoviários, participação financeira na Publicarris e responsabilidades decorrentes da liquidação de proporcionais de férias e subsídio de férias relativos ao trabalho suplementar e atividades complementares de anos anteriores (que originou um reforço das outras provisões constituídas na ordem dos € 0,9 milhões). Ao longo do ano de 2023 foram efetuadas reversões de provisões decorrentes do desfecho dos processos e do reconhecimento pela Empresa dos respetivos gastos.



## 16. FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	6.217.413,14	4.746.618,42
Faturas em receção e conferência	1.573.120,77	1.632.995,41
Fornecedores de Investimento	20.758.812,00	1.184.593,18
	<u>28.549.345,91</u>	<u>7.564.207,01</u>

A variação da rubrica “Fornecedores de Investimento” em 2023 encontra-se relacionada com as aquisições de novos elétricos e autocarros (Nota 6).

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que procedeu à municipalização da CARRIS, transmitiu para a CML a totalidade das ações representativas do capital social da Empresa. No âmbito deste processo, o Estado assumiu a totalidade da dívida financeira registada no balanço da CARRIS à data de 31 de dezembro 2016, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outras Dívidas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	12.381.968,67	11.879.901,52
Outros credores por acréscimos de gastos	1.277.172,01	454.611,32
Outros credores	597.906,04	981.761,21
Pagamentos por conta – CML	36.939.798,84	38.224.044,59
Pagamentos por conta – TML Gratuitidade	426.984,67	1.155.457,58
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	<u>51.633.987,90</u>	<u>52.705.933,89</u>



O saldo credor da rubrica “Pagamentos por conta – CML” regista os montantes recebidos no período por conta das compensações de serviço público, deduzidos dos valores em dívida relativos às compensações de serviço público apuradas (Notas 20 e 28).

A rubrica “Pagamentos por conta – TML Gratuitidade” inclui os montantes recebidos a título de pagamentos por conta no âmbito do acordo sobre a implementação de transporte coletivo gratuito no Município de Lisboa, para jovens e maiores de 65 anos, com domicílio fiscal em Lisboa.

## 17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Estado e Outros Entes Públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta		-664.805,36	3.071.316,33	
Estimativa de imposto (Nota 10)		2.295.244,74	-832.813,59	
Retenções na Fonte		-267.560,83	61.921,08	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		524.106,08		684.024,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.662.556,54		1.286.790,24	
Contribuições para a Segurança Social		1.108.010,25		802.618,53
Outros impostos		24.471,35		28.606,22
	<u>4.662.556,54</u>	<u>3.019.466,23</u>	<u>3.587.214,06</u>	<u>1.515.249,00</u>

Em 31 de dezembro de 2023 o montante inscrito na rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” refere-se a pedidos de reembolso solicitados para os meses de outubro a dezembro de 2023.





## 18. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferimentos	1.119.075,27	1.684.473,95

O montante inscrito nestas rubricas refere-se sobretudo ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

## 19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### **Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos**

A Empresa assumiu, em data anterior à sua municipalização, o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022 pela empresa Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV88/90 80%	TV88/90
Tábua de invalidez	SR01 130%	SR01 150%
Tábua de Turnover	CARRIS	CARRIS
Taxa de desconto	3,30%	3,80%
Taxa de crescimento dos salários	4,80% (2024) 2,60% (após 2024)	2,60%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017 de 10 de agosto.

O estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego tem em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais, considerando que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da CARRIS.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Trabalhadores no ativo	20.120.110,44	16.436.814,43
Reformados	4.094.921,09	2.366.269,95
	<u>24.215.031,53</u>	<u>18.803.084,38</u>



O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

<b>População</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos	2.541	2.591
Pensionistas	108	73

O montante registado como gasto no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de € 2.000.638,27 (€ 1.291.898,98 em 2022) (Nota 22). Em 2023 foram ainda pagos complementos de reforma no montante de € 178.628,02 (€ 117.133,69 em 2022).

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Valor presente da obrigação no início do período	18.803.084,38	11.356.493,56
Custo dos serviços correntes	1.265.471,05	1.137.631,33
Pensões pagas	-178.628,02	-117.133,69
Custo dos juros	735.167,22	154.267,65
Ganhos e perdas atuariais	3.589.936,90	6.271.825,53
	<u>24.215.031,53</u>	<u>18.803.084,38</u>



## 20. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	<b>2023</b>		<b>2022 (Reexpresso)</b>	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	64.294,17		139.363,30	
Prestação de serviços e compensações tarifárias	<u>121.565.507,62</u>	121.629.801,79	<u>108.501.612,84</u>	108.640.976,14
Subsídios (inclui compensações não tarifárias atribuídas pela CML)		<u>48.520.495,08</u>		<u>45.288.822,99</u>
		<u>170.150.296,87</u>		<u>153.929.799,13</u>

Prestação de Serviços e compensações tarifárias:

	<b>2023</b>	<b>2022 (Reexpresso)</b>
Serviço Público:	77.943.980,40	70.786.860,06
Autocarros	62.479.291,81	57.610.758,30
Elétricos	11.703.304,30	10.744.260,80
Ascensores	2.685.453,08	1.667.436,15
Carmo	1.075.931,21	764.404,81
Compensações tarifárias:	41.170.550,10	35.437.123,29
Compensações 4_18/sub23 e Social+	2.652.470,42	2.607.073,43
PART Fixo	31.954.269,16	29.151.439,62
COSP Tarifária	2.643.019,37	2.034.846,19
Compensações Gratuitidade	3.405.517,56	1.176.990,46
Compensação passe antigo combatente	515.273,59	466.773,59
Alugueres	520.096,99	354.838,92
Aluguer de espaços para publicidade	756.451,74	732.771,65
Cartões Títulos Transporte	895.594,80	950.349,05
Outras	278.833,59	239.669,87
	<u>121.565.507,62</u>	<u>108.501.612,84</u>



## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Manutenção e reparação autocarros	14.800.889,06	13.015.138,76
Manutenção e reparação elétricos	2.666.389,82	2.591.623,53
Outras manutenções e reparações	2.397.354,05	2.401.636,38
Gasóleo, gasolina, gás e lubrificantes	2.188.064,98	2.489.168,98
Licenciamento de software	2.003.550,93	1.870.421,86
Comissões a intermediários	1.080.344,51	1.090.414,27
Seguros	2.128.543,44	2.010.301,26
Auditoria, consultoria e honorários	2.778.335,00	2.725.284,75
Limpeza material circulante e outros	1.568.992,16	1.677.270,41
Aluguer de pneus	890.302,74	692.823,76
Eletricidade	1.909.520,79	1.875.711,69
Comunicação	1.011.729,27	1.010.666,64
Vigilância e segurança	1.034.702,49	869.472,40
Outros fornecimentos e serviços externos	2.030.890,04	1.863.376,45
	<u>38.489.609,28</u>	<u>36.183.311,14</u>

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentaram um aumento de 6,4% face a 2022, destacando-se o contributo da rubrica de “Manutenção e Reparação de Autocarros” para o efeito. Importa ter presente que os gastos com manutenção e reparação (de autocarros, elétricos e outros) representam cerca de 52% do total dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.



## 22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Remunerações dos órgãos sociais	359.862,76	363.320,92
Remunerações do pessoal	66.893.081,74	60.476.868,60
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	2.000.638,27	1.291.898,98
Rescisões	250.000,00	119.406,66
Encargos sobre remunerações	15.719.714,41	14.375.647,94
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	961.862,42	1.266.334,60
Gastos de ação social	305.193,39	248.119,74
Outros	2.473.301,91	2.155.443,91
	<u>88.963.654,90</u>	<u>80.297.041,35</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 328.362,76 referente a remunerações do Conselho de Administração (€ 331.820,92 em 2022). O remanescente refere-se a remunerações do Conselho Fiscal, eleito por deliberação datada de 1 de outubro de 2020.

Os Gastos com Pessoal registaram um acréscimo de 10,8% face ao período homólogo, que decorre essencialmente das atualizações das remunerações do pessoal, mas também do pagamento do complemento remuneratório especial aquando das JMJ.

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de, respetivamente, 2023 e 2022 era de 2.541 e 2.591.



## 23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	19.652.596,85	16.129.155,29
Ativos Intangíveis (Nota 8)	310.502,73	562.418,96
	<u>19.963.099,58</u>	<u>16.691.574,25</u>

## 24. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Rendimentos suplementares:		
Indemnizações	570.293,25	486.470,39
Rendas e cedência instalações	514.953,36	445.312,78
Outros rendimentos suplementares	292.847,70	236.286,68
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	29.445,98	32.229,87
Rendimentos em investimentos não financeiros	10.507,00	12,94
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 14)	1.832.718,48	1.602.716,23
Outros	296.835,92	299.188,84
	<u>3.547.601,69</u>	<u>3.102.217,73</u>

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros” no período findo em 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de € 3.653,65 referente a dividendos distribuídos pela empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA relativos ao exercício de 2022.



## 25. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Impostos e taxas	165.327,75	169.518,90
Gastos e perdas em investimentos financeiros	56.469,98	-
Gastos em investimentos não financeiros	3.871,15	8.048,06
Quotizações	61.445,92	76.335,67
Insuficiência de estimativa para impostos	857,22	212.683,15
Outros	443.798,39	528.744,16
	<u>731.770,41</u>	<u>995.329,94</u>

## 26. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Outros gastos de financiamento	42,98	27.762,41

Foram reconhecidos os seguintes juros e outros rendimentos similares no decurso dos exercícios findos em 2023 e 2022:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Juros obtidos	972.325,30	-





## 27. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2023 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 328.362,76 (€ 331.820,92 em 2022).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	<b>2023</b>				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	17.031,79	849.414,66	1.092,00	-	766.684,80
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		758.451,74			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	<u>96.576,02</u>	<u>1.710.291,01</u>	<u>12.600,00</u>	<u>40.540,00</u>	<u>11.442.174,47</u>
	<u>113.607,81</u>	<u>3.318.157,41</u>	<u>13.692,00</u>	<u>40.540,00</u>	<u>12.208.859,27</u>

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

## Relatório e Contas

	<b>2022</b>				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	5.711,16	651.041,79	468,00	420.000,00	690.417,42
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		732.771,65			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	<u>102.655,06</u>	<u>1.010.856,14</u>	<u>4.227,50</u>	<u>199.155,55</u>	<u>10.493.050,88</u>
	<u>108.366,22</u>	<u>2.394.669,58</u>	<u>4.695,50</u>	<u>619.155,55</u>	<u>11.183.468,30</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias:				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	859.097,12	1.018.132,26	290.134,00	830.828,25
Associadas:				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	540.307,99	-	457.464,96	
Outras partes relacionadas:				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	<u>141.402,45</u>	<u>981.237,95</u>	<u>105.194,59</u>	<u>1.033.844,67</u>
	<u>1.540.807,56</u>	<u>1.999.370,21</u>	<u>852.793,55</u>	<u>1.864.672,92</u>



## 28. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa beneficiou das seguintes compensações por obrigações de serviço público:

	2023	
	Montante recebido	Rédito do período
COSP não tarifária – 2022	6.620.997,53	46.879.888,31
Pagamentos por conta – 2023	39.582.818,21	-
	<u>46.203.815,74</u>	<u>46.879.888,31</u>

	2022	
	Montante recebido	Rédito do período
Pagamentos por conta – 2022	40.258.890,78	-
COSP não tarifárias - 2021	13.937.124,21	38.433.009,30
	<u>54.196.014,99</u>	<u>38.433.009,30</u>

Em 2023 e 2022, a Empresa registou as seguintes compensações ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) no que se refere à parcela “variável”:

	2023	2022
PART “variável”	-	3.732.873,87

Em 2023 foram reconhecidos rendimentos no montante de € 1.535.940,00 decorrentes do apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes públicos de passageiros, criado a fim de mitigar os efeitos da subida dos preços do combustível, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/2021 de 12 de novembro. Em 2022 este apoio tinha sido de € 2.920.680,00.



Em 2023 e 2022 foram ainda reconhecidos os seguintes subsídios à exploração:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Projeto Tangent	27.560,06	4.916,06
Projeto Trips	5.809,30	69.536,84
Projeto Upper	16.770,25	-
Projeto Safebus	20.800,80	-
EIT KIC	5.372,85	-
Urban Mobility	28.353,51	-
Projeto VoxPop	-	70.187,35
Projeto C-Streets	-	5.832,14
POSEUR	-	51.787,43
	<b>104.666,77</b>	<b>202.259,82</b>

## 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas tem direito a faturar € 33.000,00 relacionados com a revisão legal das contas de 2023. Durante o ano de 2023 foram faturados € 22.000,00 referentes ao período de 2022.

### Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2023 e 2022, as seguintes:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Custo das Matérias Consumidas	343,96	61,22
Gastos com o Pessoal	680.277,68	644.926,16
Depreciações	176,32	114,52
	<b>680.797,96</b>	<b>645.101,90</b>

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2023 e 2022.



## 30. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 10.189,58 (€ 42.037,16 em 2022), como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Garantias a favor dos tribunais	-	31.348,78
Garantias a favor de outras entidades	10.189,58	10.688,38
	<u>10.189,58</u>	<u>42.037,16</u>

## 31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem factos relevantes após a data do balanço a reportar.

## 32. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de € 9.493.876,65, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.



**O Conselho de Administração**

**O Contabilista Certificado**

Presidente: Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Jaime Aleno Soares de Melo

Vice-Presidentes: Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Pereira Coelho

Eng.<sup>a</sup> Maria de Albuquerque Rodrigues da Silva Lopes Duarte

Vogal executiva: Dr.<sup>a</sup> Sara Maria Pereira do Nascimento

Vogal não executivo: Arq.<sup>o</sup> Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho